

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLII • Nº 434
Brasília-DF • Abril 2021

Povo Pankará
Serrote dos Campos
e o projeto de
instalação de um
complexo de usinas
nucleares em suas
terras, mais uma
ameaça ao território
tradicional e
a toda a bacia do
Rio São Francisco

Página 3

“Causos e Casos”: nova coluna traz um
especial “Rumo aos 50 anos” do Cimi, com
histórias de Egon Heck, missionário engajado
com os povos originários desde antes da
criação do Conselho indigenista. Luta que
adotou como parte integral de sua própria vida

Página 16

No Dia do Índio: não há o que comemorar!

“O Estado brasileiro denominou como Dia do Índio para comemoração, mas usamos como dia da luta”, diz Kaingang. Momento ideal para denunciar os vários erros na condução da política indigenista no país: um governo que erra na escolha da administração da Funai, negligencia a pandemia e afeta negativamente os povos indígenas em todas as suas decisões. As falas de Kretã Kaingang complementam a enumeração de perversidades da liderança do país: garimpo e o arrendamento de terras têm sido as duas principais correias de transmissão da estratégia do governo Bolsonaro de dividir os povos indígenas, mais uma das atrocidades deste governo genocida. Páginas 8 e 9

Povos indígenas x tradição oligárquica

Cenário: Serra do Ororubá, em Pesqueira, cidade do interior pernambucano dominada pelas oligarquias políticas, local que abriga mais de três séculos de espoliação e morte do povo Xukuru. O ano era 1998, quando o líder Xicão Xukuru foi mais um dos assassinados em decorrência de conflitos pelo direito à terra. Antes dele, José Everaldo Bispo, filho do pajé Zequinha, Geraldo Rolim, advogado do povo e o líder Chico Quelé já haviam sido vítimas da fúria do latifúndio. Durante o período que exerceu a função de cacique, além de articular as retomadas de terra, Xicão promoveu a criação de conselhos de saúde e educação e da Associação do Povo Xukuru – sistema que funciona até hoje e estimula a participação dos indígenas nas decisões do povo, geralmente discutidas em assembleias e seminários.

Em fevereiro de 2003, poucos anos após o assassinato do Cacique Xicão, encomendado por fazendeiros locais, a história mais uma vez se repetiria, agora, com o filho e sucessor de Xicão. Uma emboscada contra o cacique resultou na morte de dois indígenas responsáveis por sua segurança e gerou revolta nos Xukuru, que decidiram reagir, ateando fogo em casas e carros dos envolvidos no atentado. Como resultado, em 2015, a Justiça condenou 42 lideranças Xukuru, inclusive o cacique Marcos, por “crime contra o patrimônio privado”, por um incêndio em propriedades privadas que ele veementemente nega ter participado, já que, na ocasião, se recuperava do atentado sofrido, após ser atendido no hospital da cidade. Mais um exemplo do processo de criminalização contra os indígenas.

Passados 22 anos do assassinato de seu pai, em 2020, o cacique do Povo Xukuru, Marcos Luidson, carinhosamente conhecido pelos Povos Indígenas no Brasil como Marquinhos Xukuru, filho e sucessor de Xicão, é eleito prefeito de Pesqueira com mais de 51% dos votos (17.654 votos), seguindo os passos do pai e quebrando enfim a tradição oligárquica da cidade. Um marco: o primeiro indígena a vencer a disputa pelo cargo político mais importante do município, onde os povos origi-

nários chegam a quase um terço da população, cerca de 20 mil (dos quase 70 mil) habitantes de Pesqueira.

Um enredo garantidor de um final feliz épico, com direito a continuidade, por meio da ampliação da participação indígena na construção de políticas públicas e da ampliação da luta histórica destes povos. Entretanto, não bastou vencer as inúmeras perdas de seu povo, o atentado e também a forte pressão da oposição nas eleições – após enfrentar uma coligação de 11 partidos contrários e tantas afirmações preconceituosas –, Marquinhos Xukuru agora é alvo de um processo na Justiça Eleitoral numa ação de impugnação proposta por Maria José (DEM), derrotada nas urnas pelo cacique, sob alegação de inelegibilidade decorrente da condenação criminal. Um reflexo do histórico de luta do povo Xukuru que, mesmo na conquista de seus direitos, precisa de resistência para lutar ainda mais para ter reconhecida sua vitória.

“A trama, urdida pelos inimigos dos Povos Indígenas, que o levaram a ser condenado criminalmente, não implica nenhuma evidência ensejadora de inelegibilidade, na medida em que não há qualquer envolvimento de sua pessoa, em atos atentatórios à integridade física de qualquer pessoa e muito menos de patrimônio público ou particular, ou mesmo à incolumidade pública. O indeferimento do registro de sua candidatura representa uma grave injustiça histórica, já apreciada e reconhecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos”, manifestou o Cimi em uma carta de solidariedade ao cacique Marquinhos.

Mas a história segue sem um desfecho! Meses após as eleições municipais no Brasil, o município de Pesqueira segue sem saber quem chefiará a prefeitura até 2024, na esperança que a justiça, o poder público e toda a cidade, sempre comandada pelas oligarquias rurais e por grandes famílias tradicionais, agora, enxerguem a participação indígena na política com protagonismo indissociável, sem o preconceito institucional que hoje se mantém impregnado nas estruturas do estado e da sociedade brasileira.

Porantinadas

A voz indígena no Congresso

A parlamentar Joenia Wapichana (Rede-RR), primeira mulher indígena eleita deputada federal, cobrou, mais uma vez, durante sessão do Congresso Nacional, que a Polícia Federal e a Funai endureçam o enfrentamento ao garimpo ilegal e à invasão de terras indígenas. Ela denunciou o aumento do garimpo ilegal na terra indígena Yanomami de Roraima e na terra indígena Raposa Serra do Sol. A parlamentar apontou ainda para a necessidade de valorizar os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas para gestão de suas próprias terras.

Promessas vagas

A Cúpula de Líderes sobre o Clima, com seus 40 chefes de Estado e de governo, além de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), ouviram do presidente Jair Bolsonaro promessas que não condizem com a atual política nacional de meio ambiente. O governo federal cortou verbas do Ministério do Meio Ambiente (o menor dos últimos 21 anos), mas prometeu duplicar o orçamento para fiscalização ambiental. Bolsonaro falou em neutralidade de carbono para o Brasil em 2050 (antecipando em 10 anos a sinalização anterior), mas não apresentou proposta de ação concreta para alcançar o desmatamento ilegal zero e a neutralidade de carbono. O presidente da república ainda afirmou, vagamente, que contemplaria os interesses de povos indígenas, mas suas ações, até o momento, só fomentaram o retrocesso. A menção aos povos originários mais parece uma resposta à “pressão” da administração Biden, que tem enfatizado a necessidade de envolver essas comunidades na solução dos problemas ambientais.

Abril indígena e o retrocesso

No mês de conscientização sobre a vivência indígena no Brasil, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio de uma Nota Pública, fez um balanço da política indigenista implementada pelo Estado brasileiro no último ano e elencou os retrocessos contra os povos tradicionais. Segundo o órgão, a omissão na concretização da demarcação de terras indígenas, a desestruturação da Fundação Nacional do Índio e a não adoção de políticas públicas em tempos de pandemia compõem um quadro de violações sem precedentes na atual ordem constitucional.



O povo Pankará Serrote dos Campos e as Usinas Nucleares

Por Cimi Regional Nordeste

O povo indígena Pankará Serrote dos Campos, município de Itacuruba, Estado de Pernambuco, vive às margens do Rio São Francisco, também reconhecido pelos povos indígenas do Sertão de Itaparica como o grande Opará. O velho Chico é um verdadeiro território tradicional, pois, bem antes da chegada dos colonizadores na região, já era ocupado por diversos Povos Indígenas.

O Opará é de fundamental importância para o Bem Viver dos Povos, tanto do ponto de vista material, quanto em relação à religiosidade, de modo que é possível identificar uma grande área de ocupação tradicional, com a presença de vários Sítios Arqueológicos. Todavia, pela proximidade junto ao rio São Francisco, a região sempre foi cobiçada pela colonização, com interesses junto às águas, favorecendo a implantação de cidades e áreas de produção agrícola e pastoril, em detrimento dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

Na década de 1950, várias hidrelétricas começam a ser implantadas ao longo do Rio São Francisco, desde o estado de Minas Gerais, passando pela Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Uma dessas barragens, a barragem de Itaparica (Gonzagão), teve suas comportas fechadas em 1988, o que provocou a inundação de toda a região, alagando a antiga cidade de Itacuruba, assim como outras cidades ao longo das margens do rio, inundando extensas faixas de terra, entre essas, parte do território tradicional do povo Pankará Serrote dos Campos.

Diante disso, os povos do Opará foram obrigados a saírem de seus territórios tradicionais e muitas famílias foram removidas para outras localidades, sendo alojadas nas chamadas Agrovilas, construídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Por outro lado, outras muitas famílias recusaram abandonar as terras não alagadas e ali permaneceram, com o objetivo de rearticular suas forças diante do intenso processo de violência sofrido pelo Estado e suas grandes obras.

Com o passar do tempo e dos anos traumáticos, começaram a organizar suas comunidades em busca da demarcação territorial dos poucos pedaços de terra/território que sobraram das inundações promovidas pelo Estado brasileiro. A partir da promulgação da Constituição de 1988, a qual reconheceu o direito imemorial e imprescritível à terra, o povo Pankará Serrote dos Campos, mais fortalecido e empenhado na luta pela demarcação do território tradicional, obteve seu reconhecimento como povo indígena Pankará por volta dos anos 2000.

Durante o processo de luta pela demarcação do território, porém, esse povo acabou surpreendido com o projeto de instalação de um complexo de



Em 2012, a população de Itacuruba já realizava manifestações contra o projeto de instalação de uma usina nuclear na cidade

“ Não queremos usinas nucleares em nosso território tradicional nem ao longo do rio São Francisco, o mais importante rio da região do nordeste.”

usinas nucleares em suas terras, confirmado pela empresa estatal brasileira Eletronuclear, através do Plano Energético nacional para o ano de 2050. O projeto prevê a construção de um conjunto de seis reatores nucleares, criando uma sobreposição de interesses ao território e propondo mais uma vez a expulsão da comunidade do seu local de origem com a instalação de uma grande obra.

Assim, diante de mais uma ameaça ao seu território tradicional e a toda a bacia do Rio São Francisco, o Povo indígena Pankará Serrote dos Campos se vê obrigado a peregrinar em defesa de seus direitos. Desde 2008, promovem a resistência contra o projeto das usinas nucleares e em defesa da terra e da vida – já que são contra a “energia da morte” –, articulando e mobilizando todos os setores que são atingidos pelo projeto nuclear, como as comunidades vizinhas, outros povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores tradicionais, ciganos, agricultores familiares, trabalhadores rurais e um grande número de cidadãos residentes

das cidades próximas. Bem como a população das capitais Nordestinas, visto que todas elas estão no raio a ser atingido, direta e/ou indiretamente, em caso de qualquer falha mínima ou acidente nuclear, caso as usinas nucleares sejam construídas.

Enfrentam também uma batalha política no Estado de Pernambuco, pois tramita a PEC 09/2019 (Projeto de Emenda Constitucional) que tenta alterar o artigo 216 da Constituição do Estado de Pernambuco, o qual proíbe a instalação de usinas nucleares nesse Estado, até que sejam esgotadas as demais fontes de recursos energéticos no estado, como solar e eólica.

Para tanto, o povo indígena Pankará Serrote dos Campos estabelece um intenso processo de resistência, articulação e mobilização, envolvendo intelectuais, a Arquidiocese de Recife e Olinda, Diocese do município de Floresta/PE, pastorais sociais, professores/as universitários/as, estudantes, o Movimento Negro Unificado – MNU -, povos de terreiros e as populações em geral. Para que todos somem nessa luta em defesa da vida, em defesa do Grande Opará, o Rio São Francisco, junto a resistência Nacional, ao lado dos atingidos pelas usinas nucleares em Angra dos Reis/RJ, assim como os atingidos nas áreas de mineração espalhadas por todo o Brasil, com destaque ao município de Caetité/BA e Santa Quitéria/CE, como também junto ao movimento internacional contra as Usinas Nucleares e contra a energia nuclear no Mundo.

Para Lucélia Pankará, cacica da Terra Indígena Serrote dos Campos, o processo de articulação envolve outras comunidades, movimentos, atingidos por outras usinas nucleares no Brasil e no mundo. “Não queremos usinas nucleares em nosso território tradicional nem ao longo do rio São Francisco, o mais importante rio da região do nordeste, queremos antes um projeto de desenvolvimento nacional que ampare direitos humanos de comunidades tradicionais e proporcione o bem viver de toda a população e a preservação do meio ambiente”, frisou. ♦

Expandir a oferta de energia nuclear

No site da Eletrobras (Eletronuclear), um texto sobre o empreendimento aponta o Nordeste como prioridade na construção das novas usinas. “O Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030) estabeleceu que o Brasil precisará expandir a oferta de energia nuclear em mais 4 mil megawatts (MW) até o final do período. Desse total, 2 mil MW estão previstos para o Nordeste e mais 2 mil MW, para o Sudeste. Com base nesse planejamento, a Eletrobras Eletronuclear deu início à seleção de locais candidatos para abrigar as futuras centrais nucleares nacionais”, diz trecho do documento.

A luta contra a intoxicação por mercúrio

'A culpa é do governo e das empresas', diz líder Munduruku sobre morte do ambientalista Cassio Beda, após suspeita de intoxicação por mercúrio. O ambientalista denunciava contaminação em terras indígenas e deixou vídeo para pressionar autoridades; Fiocruz confirmou contaminação em aldeias

Por **André Cabette Fábio**, Repórter Brasil

A liderança indígena Alessandra Munduruku visitou seu amigo, o ativista Cassio Beda, cerca de um ano antes de ele morrer, no último 5 de abril. Um encontro que, segundo ela, teve ares de despedida, já que a saúde de Beda já estava debilitada e o avanço da pandemia a impediria de visitá-lo novamente. "Muitas vezes achei que a culpa era nossa, porque a pessoa quer ajudar a gente de alguma forma e fica doente", diz Alessandra. "Mas pensando agora vejo que a culpa não é nossa, a culpa é do governo e das empresas que trazem o mercúrio para nossa região".

Até sua morte, Beda defendia que a doença neurodegenerativa da qual sofria fora desencadeada por intoxicação por mercúrio por meio do consumo de peixes na região do Alto Tapajós, no Pará. A região é foco de garimpeiros que despejam na natureza toneladas de metal tóxico, usado para separar o ouro de sedimentos.

Apesar do diagnóstico de esclerose lateral amiotrófica, o médico responsável pelo tratamento de Cassio registrou em um relatório de julho de 2017 que era possível que o caso se tratasse de "um quadro de doença do neurônio motor secundária e intoxicação por mercúrio". O sanitarista e pesquisador Paulo Basta, da Fiocruz, avalia que "é uma hipótese plausível que a esclerose tenha sido despertada após a contaminação por mercúrio". Mas ressalta que não é possível confirmar essa correlação com os dados disponíveis.

Basta se correspondeu com Cassio e discutiu seu caso por dois anos. Foi um vídeo gravado pelo ativista em 2017 sobre seu adoecimento, em que alerta os Munduruku sobre o risco de contaminação, que acabou fazendo com que o médico fizesse um estudo para analisar o nível de mercúrio no corpo dos indígenas. O depoimento, em que Beda aparecia já debilitado, fez com que as lideranças pedissem à Fiocruz para testar se estariam contaminados. Divulgados em 2020, os testes com 197 indígenas Munduruku indicam que todos estavam contaminados. Em 58% dos casos, a contaminação estava acima do limite de segurança estabelecido por agências de saúde internacionais.

No Cimi, Beda passava meses dentro da mata com os indígenas, no Baixo Tapajós, usando GPS no processo de autodemarcação. Foi quando ele conheceu a líder Munduruku Alessandra Korap. "Ele era muito prestativo, um parceirão de luta, os guerreiros gostavam dele porque sempre estava com eles no meio do mato para nos ajudar", diz.

Beda contribuiu na mobilização dos Munduruku contra a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós (PA), suspensa em maio de 2016. Durante a Caravana Tapajós, realizada em agosto daquele ano em protesto contra a construção de hidrelétricas na região, sentiu os primeiros sintomas.

Peixes contaminados

Beda partiu em busca de atendimento em Santarém, onde médicos levantaram a hipótese de contaminação por metais pesados. Um teste realizado pelo Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará datado de novembro de 2016 indicou presença de 1,8 micrograma de mercúrio orgânico por decilitro de sangue, quase que o dobro do valor referencial adotado pelo exame, de 1 micrograma de mercúrio por decilitro. Mas fica abaixo de 5 microgramas, aquilo que o exame adota como sinal de exposição significativa ao mercúrio orgânico, que é o tipo presente em peixes contaminados.



Alessandra Munduruku visitou Cassio Beda em março de 2020, um ano antes de sua morte

Em dezembro de 2017, Beda viajou para sua cidade natal, Ribeirão Preto (SP), em busca de mais exames e de um diagnóstico. Em seu relatório de alta hospitalar, de fevereiro de 2017, consta que a equipe médica investigou a suspeita de contaminação por metais pesados. O documento inclui os resultados do teste realizado no Pará, que indicou 1,8 micrograma de mercúrio por decilitro. Mas o hospital indica no documento 5 microgramas por decilitro como valor de referência para toxicidade.

Basta, da Fiocruz, destaca que há um debate científico sobre os limites aceitáveis de mercúrio no sangue, que também variam de acordo com o tipo de exame realizado. Um documento de 2008 da Organização Mundial de Saúde (OMS) define esse limite como entre 0,5 e 1 micrograma por decilitro entre indivíduos que não consumiram peixe contaminado.

Beda chegou a questionar a adoção por parte do HC de Ribeirão Preto do critério de 5 microgramas por decilitro de sangue como valor de referência para intoxicação, sob o argumento de que "a Comissão de Biomonitorização Humana alemã define o valor de 1,5

micrograma por decilitro como HBM II, concentração acima da qual existe um risco aumentado de efeitos adversos para a saúde".

Entre março e maio de 2017, ele passou por dois ciclos de quelante de mercúrio no Hospital de Clínicas da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), um procedimento que visa a retirar o metal tóxico do sangue.

A equipe do Hospital das Clínicas da USP não determinou de forma conclusiva em seu diagnóstico uma relação entre o nível de mercúrio e o adoecimento do ativista. Mas em um relatório de julho de 2017, o médico responsável, Pedro José Tomaselli, faz a ressalva de que "embora não haja consenso na literatura há uma série de relatos sugerindo a associação de quadros de doença do neurônio motor como uma das manifestações neurológicas da intoxicação por mercúrio".

Segundo o médico, isso sugeria que o metal pode ser causa direta ou "fator de risco para o desenvolvimento do sistema nervoso".

No documento, ele destaca a passagem de Cassio pelo Vale do Tapajós, que é "um dos principais sítios de extração de minério", ressalta que mercúrio é usado nesse

O vídeo de alerta aos Munduruku

Cassio passou a estudar seu próprio caso e uma possível relação com a doença da cidade japonesa. Em outubro de 2017, gravou o vídeo "De Minamata ao Tapajós: um alerta sobre a contaminação de mercúrio na Amazônia", em que fala sobre o risco de contaminação e conta que acreditava que, por não comer carne teria ficado mais vulnerável ao mercúrio presente nos peixes. "Devido ao grande consumo de peixe que fiz em um curto período, tive um quadro agudo de contaminação".

Em seu vídeo, Cassio diz que sofre da doença de Minamata, apresenta estudos sobre contaminação por mercúrio entre indígenas e peixes na Amazônia, cobra que autoridades combatam o garimpo ilegal e o despejo de mercúrio, e que equipes da Sesai

(Secretaria de Saúde Indígena) sejam treinadas para identificar a contaminação pelo metal.

Ele cita a existência de casos de esclerose lateral amiotrófica possivelmente relacionados a intoxicação por mercúrio, e um estudo de 2014, sobre uma combinação entre um tipo de doença autoimune e síndrome do espectro de ELA relacionada a um tipo específico de envenenamento por mercúrio.

"Hoje consigo notar que várias pessoas do povo Munduruku apresentam sinais da doença [de Minamata], como problemas de vista, de ordem neurológica, surtos psiquiátricos, problemas motores, como rigidez, músculos atrofiados", diz Cassio em seu alerta.

Foto: Joana Moncau/Repórter Brasil

processo e que níveis elevados do metal tóxico foram encontrados em peixes da região, uma “fonte possível de contaminação aos que se alimentam de peixe”.

Tomaselli concluiu que “a existência desses estudos na literatura médica nos impõe a dúvida sobre a relação causa-efeito de forma que não conseguimos definir se estamos diante de um quadro de ELA esporádico ou se estamos de um quadro de doença do neurônio motor secundária e intoxicação por mercúrio. Os achados de exame físico e os achados acima descritos não nos permitem diferenciar essas condições”.

O HC de Ribeirão Preto afirmou que, “por questão de ética médica”, o médico responsável não poderia falar sobre o tratamento.

A professora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP e orientadora de Beda no mestrado, Susana Segura Muñoz, disse que um diferencial em seu quadro era uma “urgência urinária e fecal, que não é sintoma de ELA, mas é relatada entre pacientes com intoxicação por mercúrio”. Beda também afirmava que entre os primeiros sintomas esteve um gosto metálico na boca, condizente com contaminação pelo metal.

Como Cassio não fez exames quando sentiu esses primeiros sintomas, é possível que o patamar de mercúrio tenha baixado no decorrer dos meses até realizá-los, diz Muñoz. Isso dificulta confirmar ou afastar completamente a hipótese de que uma contaminação aguda tenha contribuído para seu quadro.

“O caso dele traz uma discussão séria, sobre toneladas de mercúrio despejadas em rios, que podem estar contaminando muita gente por meio dos alimentos e causando neuropatias [doenças neurológicas] de diferentes espectros, parecidas com a doença de Minamata. Mas faltam dados clínicos e epidemiológicos”, diz Munhoz. Ela diz que pretende registrar a história de Cassio como um relato de caso, que poderia ser usado para estudar a hipótese de associação entre mercúrio e ELA, mas que no momento não é possível estabelecer essa conexão com certeza.

A doença de Minamata é uma síndrome neurológica causada por envenenamento por mercúrio, com sintomas severos. Ela foi descrita na década de 1950 na cidade japonesa de Minamata, onde centenas de pessoas morreram com sintomas como falta de coordenação do corpo, dormência nas mãos e pés, redução do campo de visão e perdas na audição e na fala. As águas da costa da cidade eram contaminadas por uma fábrica que despejava o metal tóxico, consumido pela população local por meio de peixes.

Em uma troca de e-mails com profissionais da saúde, em julho de 2018, Beda afirmou que era reconhecido que doenças neuromusculares, incluindo a esclerose lateral amiotrófica, foram relatadas após exposição a mercúrio inorgânico. “Sinto-me injustiçado e lesado quando sabemos a real causa de meu adoecimento, e sou negado a um diagnóstico qualificado e preciso, para assim buscar meus direitos e assistência necessária, visto que estou apenas recebendo um salário mínimo do INSS e precisando contratar cuidador para apoio em casa. Enquanto os mineradores continuam lucrando com a extração do ouro e poluindo o rio com mercúrio, contaminando a população que tem acesso à saúde precária no Pará”, conclui o ambientalista.

A mobilização dos Munduruku

Em outubro de 2018, os Munduruku assistiram ao vídeo de Beda. “Quando eu assisti o vídeo com o Cassio andando daquele jeito, eu chorei demais. E a cara dos caciques foi de assustar. Sempre percebemos sinais de adoecimento, de pessoas que desmaiam, têm fraqueza nas pernas, esquecimento, não conseguem mais andar, mulheres que perdem o bebê. São sinais de metilmercúrio, mas a Saúde [órgãos do governo] nunca vai dizer que foi por isso, porque aqui não tem análise”, diz Alessandra Munduruku.

“O vídeo foi importante porque o Cassio era um amigo próximo. Nesse dia, os caciques decidiram fazer a análise nos cabelos, como tinham feito com os Yanomami. Então escrevemos uma carta para a Fiocruz.”

O documento chegou ao sanitarista Paulo Cesar Basta, cuja equipe foi a campo entre outubro e novembro de 2019, quando visitou três aldeias (Sawré Muybu, Poxo Muybu e Sawré Aboy), coletou peixes e avaliou 200 indígenas.

Fiocruz constatou contaminação em peixes e nos Munduruku

Divulgados em novembro de 2020, os resultados indicam que todos os peixes estavam contaminados com concentrações entre 0,13 a 1,95 parte por milhão de grama. O limite máximo recomendado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e pela FAO (Organização ONU para Agricultura e Alimentação) é de 0,5 parte por milhão de grama.

A pesquisa estimou a dose de ingestão diária de mercúrio pelas populações indígenas a partir dos níveis de metal detectados nesses peixes. Os patamares seriam entre 4 e 18 vezes maiores do que os limites considerados seguros pela EPA (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos). E entre 2 a 9 vezes maiores do que os tolerados pela OMS.

O trabalho conclui que “os níveis de contaminação por mercúrio no Tapajós têm aumentado de forma significativa ao longo dos anos”, já que um estudo de 1995 sobre peixes na mesma região indicava nível de contaminação 2,6 vezes menor. E um trabalho de 2005, nível de contaminação 26,3% menor.

Amostras de cabelo foram coletadas de 197 indígenas e, em todos os casos, foram encontrados sinais do metal tóxico. Em 58% deles, os níveis estavam acima de 6 partes por milhão de grama, que a pesquisa adotou como limite máximo de segurança estabelecido por agências de saúde internacionais para amostras de cabelo.

Na aldeia Sawré Aboy, a contaminação atingiu 87,5% da população pesquisada. Ela fica às margens do rio Jamanxim, um dos mais impactados pelo garimpo ilegal. Segundo os pesquisadores, “à medida que avançamos para regiões mais impactadas pelo garimpo, maior foi o nível de contaminação observado”. Também foram registrados déficits de sensibilidade térmica; reação a dor nas extremidades, atrofia da musculatura dos dedos dos pés, entre outras alterações.

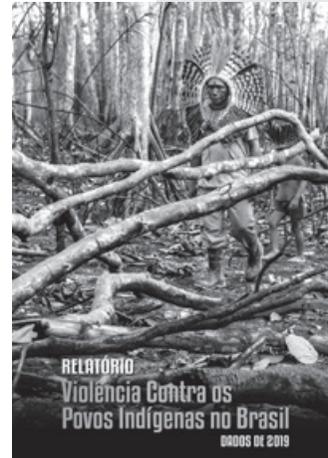
Depois dos resultados da pesquisa

“A gente já esperava um índice muito alto de contaminação, mas queríamos uma resposta porque se você fala e não tem o dado, os garimpeiros, a prefeitura, a mineradora podem falar que não é verdade. Mas quando há dados de uma fundação respeitada como a Fiocruz, podemos perguntar: ‘E aí, como isso pode acontecer?’ E isso mexe com a saúde pública, que não é só dos indígenas, mas também de quem mora na cidade”, diz Alessandra.

Para Basta, da Fiocruz, Beda “levantou um alerta para um problema que está presente na vida dos Munduruku desde a década de 1950, que vem se agravando com o uso de maquinário pesado e colocando em risco toda uma geração de pessoas nascendo sob a ameaça de contaminação por mercúrio”.

O ativista morreu quase um ano depois da visita de Alessandra Munduruku. “Sei que ele sofreu muito com essa doença, por não poder andar, não poder comer e não poder brincar. Mas sei também que ele está voando para nos proteger. A gente acredita muito nisso, que a pessoa sai do sofrimento e fica espírito para nos proteger”.

Relatório do Cimi “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”, de 2019, revela dados de contaminação e adoecimento devido ao mercúrio



Terra Indígena Munduruku – Os impactos da contaminação do rio já são sentidos pela população da aldeia, com maior ocorrência de abortos espontâneos e crianças indígenas com problemas de memória. Um laudo da Polícia Federal (PF) do Pará aponta que, de setembro de 2018 ao início de 2019, foram lançadas 7 milhões de toneladas de rejeitos oriundos do garimpo ilegal no rio. Com informações de: Brasil de Fato, 16/3/2019; Cimi Regional Norte 2

Terra Indígena Kayapó – A alta concentração de garimpos ilegais dentro da terra indígena tem causado a

contaminação por mercúrio do Rio Branco, que banha a região, prejudicando a alimentação da comunidade. Segundo o coordenador do ICMBio, Victor García, a maioria dos garimpos está em plena atividade desde 2014. Um levantamento feito pelo MPF aponta que florestas nacionais no sudoeste do Pará também estão sendo alvos de garimpos ilegais. Com informações de: Folha de S. Paulo, 26/8/2019

Terra Indígena Baixo Tapajós I – O MPF denunciou um esquema criminoso de aquisição de ouro de origem clandestina. Parte do ouro comercializado em Santarém é extraído de garimpos ilegais localizados em terras indígenas. Já foram identificados graves danos ambientais decorrentes da atividade garimpeira na bacia do Rio Tapajós como a contaminação por mercúrio e cianeto. Com informações de: MPF-PA, Cimi Regional Norte 2

Terra Indígena Yanomami – Operação Walopali-Curare XI acabou com 30 focos de garimpo ilegal na TI Yanomami. O garimpo acarreta enorme destruição ambiental, desmatamento, assoreamento dos rios e contaminação por mercúrio nas comunidades. Com informações de: UOL, 5/10/2019

A Hutukara Associação Yanomami (HAY) denunciou diversas vezes a presença de cerca de 20 mil garimpeiros operando ilegalmente dentro da TI Yanomami. Dentre os impactos da atividade, a HAY denuncia a abertura de amplas cavas na terra e a contaminação do solo e da água pelo mercúrio. A invasão garimpeira da TI Yanomami ocorre há muitos anos, mas não apresentava uma escala tão vasta desde os anos 1980. Com informações de: Folha de Boa Vista, 14/10/2019

Conforme pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em comunidades Yanomami do Amazonas atendidas pelo Dsei Yanomami 56% dos indígenas apresentaram concentrações de mercúrio acima do limite estabelecido pela OMS. Com informações de: Cimi; HAY; Folha de Boa Vista; Fiocruz; A Pública

Povos Apiaká, Arapium, Tupinambá, Zo'é – As lideranças denunciam a contaminação das águas e dos peixes pelo mercúrio utilizado nas atividades ilegais de garimpo e mineração realizadas por invasores de dentro de seus territórios tradicionais. Várias doenças estão atingindo os indígenas do estado devido ao consumo de água e peixes contaminados. O caso está sendo acompanhado pelo MPF do Pará. Com informações de: Cimi Regional Norte II. ♦

Governo Bolsonaro promove a divisão de indígenas como estratégia para favorecimento

Cimi faz um alerta urgente aos povos originários: Áudios de garimpeiros indicam que o governo Bolsonaro estaria incentivando alguns indígenas à realização de uma ação política em Brasília

O governo de Jair Bolsonaro investe agressivamente no divisionismo entre os povos indígenas como estratégia para favorecer a imposição dos interesses financistas de grandes conglomerados empresariais e investidores, nacionais e internacionais, da mineração e do agronegócio.

Em um dos áudios que circulam pela rede, uma pessoa não-indígena que diz representar uma cooperativa de garimpeiros pede apoio a colegas que operam ilegalmente dentro de terra indígena, bem como a empresários e comerciantes de Jacareacanga (PA), para financiar as despesas de viagem de alguns indígenas a Brasília. Imagens e informações da região, também confirmadas pela imprensa, indicam que dois micro-ônibus já deixaram o município do oeste paraense em direção à capital federal.

Como argumento para reforçar a importância e urgência do apoio financeiro, o suposto representante fala inclusive que o governo Bolsonaro e a Polícia Federal estariam sendo obrigados por decisão judicial a realizar operação para retirar garimpeiros invasores de terras indígenas e que, para impedir que isso seja efetivado, seria necessária e urgente a vinda de indígenas aliados por eles para Brasília, a fim de “matar o passarinho no ninho”.

A informação aponta para a possibilidade de que a ação em questão, prevista para o dia 19 de abril, seria realizada inclusive contra o Supremo Tribunal Federal (STF), pois foi o Supremo que determinou recentemente, no âmbito da ADPF 709, apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que o Executivo cumpra a Constituição Brasileira e retire invasores de ao menos sete Terras Indígenas (TIs): Yanomami (RR), Karipuna (RO), Uru-Eu-Wau-Wau (RO), Kayapó (PA), Trincheira Bacajá (PA), Munduruku (PA) e Araribóia (MA).

Em 2020, após a presença do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em Jacareacanga (PA), que interrompeu uma operação de retirada de invasores da TI Munduruku, alguns garimpeiros e indígenas foram transportados a Brasília em avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para reuniões com o governo. Há poucos dias, conforme noticiado pela imprensa, alguns indígenas teriam sido instigados pelo próprio Presidente da República a pressionar autoridades, instituições e Poderes da República a favor do agronegócio e da mineração.

É público e notório que o presidente Bolsonaro tem recebido garimpeiros recorrentemente e também alguns indígenas “convertidos” à ideologia da prosperidade individualista no Palácio do Planalto. O governo está agindo em estreita articulação e conluio com operadores políticos dos interesses das corporações e dos investidores desses setores econômicos, que atuam também em prefeituras, câmaras municipais, algumas igrejas fundamentalistas locais de matriz cristã, entidades de classe representativa de latifundiários e no Congresso Nacional – neste caso, por meio de parlamentares federais das bancadas ruralista, da mineração e do fundamentalismo religioso cristão.

Neste contexto se inserem as informações recebidas de lideranças indígenas pelo Cimi, segundo as quais uma



Foto: Tiago Motta/Cimi

Indígenas teriam sido instigados pelo próprio Presidente da República a pressionar autoridades, instituições e Poderes da República a favor do agronegócio e da mineração

conhecida entidade de classe dos fazendeiros, do estado do Mato Grosso do Sul, também estaria incentivando e financiando a viagem de alguns indígenas daquele estado a Brasília nos próximos dias.

Da mesma forma, relacionam-se a este cenário os relatos de assédio e pressão sofridos por lideranças indígenas, por parte de políticos locais, para que aceitem propostas de exploração de seus territórios.

A intenção desses operadores políticos das corporações e investidores internacionais, assim como do próprio governo Bolsonaro, é emplacar a narrativa de que ‘todos’ os povos indígenas do Brasil seriam favoráveis às pautas que interessam a esses poderosos grupos econômicos e políticos. Visam, ao mesmo tempo, deslegitimar publicamente a Apib, suas organizações regionais e as lideranças de povos e comunidades indígenas que lutam por seus direitos.

Além disso, estas ações podem ter como consequência direta o fortalecimento dos grupos de garimpeiros, grileiros e madeireiros que atuam ilegalmente nas terras indígenas, acirrando ainda mais os conflitos que já vêm se intensificando de forma preocupante.

Não há exagero em afirmar que tal endosso à atuação criminosa e ilegal dentro dos territórios indígenas pode resultar em confrontos, feridos e mortes. É um agravante o fato de que essa armação ocorra em plena pandemia.

Está muito evidente que estes pretendidos atos em Brasília seriam usados para que o governo e as bancadas

parlamentares citadas, sob o argumento de supostamente respeitar a autonomia e a liberdade dos povos, dessem sequência à tramitação de proposições legislativas que lhes interessam, a exemplo, mas não apenas:

1. Projeto de Lei 191/2020: permite a exploração mineral e hídrica das terras indígenas;
2. Projeto de Lei 490/07: prevê a criação de vários mecanismos para impedir a demarcação de terras indígenas;
3. PEC 215/00: inviabiliza novas demarcações de terras indígenas e acaba com o direito do usufruto exclusivo, permitindo a exploração agropecuária e florestal das terras já demarcadas.

Além da tramitação de propostas legislativas anti-indígenas, as ações orquestradas pelo governo federal serviriam, particularmente, para fomentar um clima de constrangimento político dos povos indígenas com o STF, exatamente no momento em que o Supremo tem tomado decisões que respeitam e reafirmam o direito constitucional dos povos às suas terras tradicionais, como nos casos recentes da ADPF 709, da Ação Rescisória 2686 (caso Guyraroká), das liminares que impedem despejos contra indígenas de todo o país e que suspenderam os efeitos do Parecer Antidemarcação 01/2017 da AGU, no Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, dentre outras. Estas decisões têm servido de barreira aos interesses do governo e das bancadas citadas nesta que é a última instância do Judiciário.

Mais do que isso, a intenção desses operadores políticos, ao promover o constrangimento entre indígenas e o Supremo, tem estreita relação com o fato de que o STF julgará o mérito do RE 1.017.365, com caráter de Repercussão Geral reconhecida, no âmbito do qual o Supremo terá a oportunidade de desconstruir a tese do marco temporal e reforçar o direito dos povos às suas terras.

Nesta que é a disputa fundamental para o presente e futuro dos povos, cuja decisão terá que ser aplicada necessariamente a todas as terras indígenas do Brasil, a bancada ruralista e entidades de classe que representam latifundiários, inclusive do Mato Grosso do Sul, defendem a tese do marco temporal e, agora, buscam usar alguns indígenas para constranger os ministros do Supremo a aderir a esta tese – que, sendo vitoriosa, de fato e de direito, rasgaria a Constituição de 1988 quanto ao tema.

Com a experiência de quem caminha rumo aos 50 anos de dedicação à causa indígena, a serem completados no dia 23 de abril de 2022, e preocupado com a gravidade desse cenário extremamente ameaçador aos povos originários e demais cidadãos brasileiros, que se assemelha em muitos aspectos ao imposto pelo projeto integracionista e etnocida da ditadura militar, o Cimi faz esse alerta urgente a todos os povos originários, suas lideranças, organizações e aliados: os interesses destes grupos são totalmente antagônicos aos próprios direitos e projetos de vida e futuro dos povos originários!

O momento é de alerta total para enfrentar e derrotar as forças do genocídio. As gerações passadas dos povos originários do Brasil derrotaram o projeto da ditadura militar com muita resistência, união, articulação, organização e mobilização, num processo de luta que tem como símbolos emblemáticos as mais de 50 grandes assembleias indígenas realizadas entre os anos 1974 a 1984, a criação das organizações indígenas no início dos anos 1980 e a mobilização durante a Constituinte nos anos 1987 e 1988.

A geração presente, suas lideranças e organizações indígenas, em memória e em honra às gerações passadas, tem uma tarefa histórica e urgente de grande envergadura diante do projeto do atual governo brasileiro. Na resposta a mais esta tarefa histórica, o Cimi reitera sua solidariedade e irrestrito apoio aos povos originários do Brasil, suas lideranças e suas organizações. ♦

Dividir para controlar

O governo Bolsonaro estaria atuando pela divisão dos indígenas com vistas a:

1. Manter as terras indígenas invadidas e sendo exploradas e dilapidadas, ilegal e criminosamente em todas as regiões do país;
2. Abrir as terras indígenas já demarcadas para a exploração mineral e agroflorestal, acabando inclusive com o direito constitucional dos povos ao usufruto

exclusivo de suas terras, dando margem à legalização de um novo ciclo histórico de esbulho territorial; e

3. Impedir, por completo e em definitivo, o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas ainda não regularizadas, de onde os povos que hoje lutam pela terra foram expulsos e mantidos violentamente afastados, muitas vezes com forças bélicas privadas e do próprio Estado brasileiro.

Direitos indígenas, direitos originários

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Entre os anos de 1987 e 1988, muitos povos e comunidades indígenas do Brasil contribuíram diretamente com a elaboração da nossa Constituição Federal. Atualmente, o cenário político tem nos convocado a defender os frutos daquela conquista.

Com a Constituição foram reconhecidos aos povos indígenas a sua organização social, crenças e tradições, suas línguas, usos e costumes e, em especial, o direito às terras de ocupação tradicional, cabendo à União, por meio da Funai, demarcá-las e fazer protegê-las. Estas terras são inalienáveis e indisponíveis, ou seja, o direito sobre elas é imprescritível e o seu usufruto é exclusivo. A posse e o uso destas terras só pode ser efetivada pelos povos originários, e qualquer título de propriedade incidente sobre elas não possui validade.

O texto constitucional marca uma mudança profunda na forma como eram tratados os povos indígenas até 1988, passando a reconhecê-los como sujeitos de direitos. Abandona, também, o regime tutelar, assimilacionista, e cria o direito de acesso à Justiça e o direito à diferença, previstos nos artigos 231 e 232.

O reconhecimento dos direitos indígenas desagradou muitos setores econômicos interessados na apropriação e na exploração de seus territórios, como mineradoras, empresas do agronegócio, do setor da energia e da construção, interessadas em grandes projetos e hidrelétricas – isso sem falar na especulação imobiliária. Por isso, há muitas ações judiciais que questionam esses direitos conquistados, em especial o direito à terra.

A luta dos povos indígenas, passados mais de 32 anos da promulgação da Constituição, agora é pela manutenção do que ali se encontra escrito. Em muitos casos, essa luta tem se dado no STF, onde se discute o direito à demarcação.

Repercussão Geral

Um caso emblemático é o Recurso Extraordinário nº 1.017.365, do povo Xokleng, de Santa Catarina, que aguarda julgamento. No ano de 2019, o STF aplicou o instituto da repercussão geral no caso. Isso significa que o julgamento deste processo vai servir de parâmetro para todas as ações que tramitam na Justiça – razão pela qual é importante que esse julgamento seja acompanhado com atenção pelos povos indígenas e por todos e todas que os apoiam.

Neste caso, os não índios, dando outra interpretação ao texto constitucional, defendem a tese do “marco tem-



Manifestação em Brasília

poral”, que obrigaria os povos a comprovar que estavam ocupando as suas terras na data da promulgação da Constituição. Essa tese, perversa, desconsidera a história de violência a que foram submetidas as populações indígenas no Brasil, a exemplo dos esbulhos ocorridos antes de 1988, bem como os assassinatos e as ameaças que resultaram na expulsão das comunidades de suas terras.

Por outro lado, a tese defendida pelos povos é a do indigenato, que nada mais é que a defesa da Constituição e do direito à demarcação como um direito originário, apenas reconhecido pelo Estado. Por tais motivos, a defesa do que foi conquistado em 1988, na Constituinte, agora deve se dar no âmbito do STF, para que nenhuma limitação temporal impeça o direito à demarcação do território aos povos originários.

Fraternidade e Bem Viver

O “Bem viver” é um horizonte não só dos povos originários, mas de todas as sociedades que fazem seus povos e grupos sociais caminhar, discernir e lutar por dois objetivos: pela redistribuição dos bens do Planeta Terra e pelo reconhecimento recíproco de todos.

A redistribuição dos bens visa a justiça distributiva na base da igualdade. Por causa disso, lutamos contra

o latifúndio e o racismo como forma de negação de igualdade e alteridade. A justiça distributiva não se esgota na denúncia. Ela é também autocrítica do nosso estilo de vida e da sociedade de consumo privilegiado da qual todos participamos e que impede o projeto do Bem Viver para todos. O reconhecimento recíproco é o pressuposto de uma sociedade que cultiva a paz social e relações fraternas com a natureza, nossa irmã. A redistribuição igualitária dos bens e o reconhecimento da alteridade são os pilares indispensáveis para poder falar de uma “fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum”, como o Documento de Abu Dhabi propõe.

A “igualdade social” procura excluir relações competitivas e concorrenciais. Mas não há igualdade sem alteridade e liberdade. A “alteridade cultural” exige a liberdade para as diferentes expressões culturais de cada povo.

O “Bem Viver” indígena é uma vacina contra esse sofrimento

O “Bem Viver” é um sonho e uma esperança que apontam saídas para o sofrimento causado pela pandemia que atualmente vivemos, com consequências que para muitos significam fome, perda de teto, trabalho, familiares e amigos; e para o medo do futuro incerto dos povos indígenas, medo dos discursos de intolerância e ódio, medo dos ladrões que invadem seus territórios na calada da noite e matam suas lideranças com o amparo camuflado de membros do próprio governo. O “Bem Viver” indígena é uma vacina contra esse sofrimento com suas causas concretas. É um processo de luta permanente para tornar a convivência mais fraterna e a vida mais humana.

Não acreditamos em um paraíso terrestre, mas na possibilidade de juntar o rebanho de esperanças afugentadas. Foi o capitalismo que entregou esse rebanho ao lobo do sistema econômico mundial, em cujos festins muitas dessas esperanças foram devoradas. Esse capitalismo não tem patologias. Ele é a patologia.

O “Bem Viver”, assim, é uma meta sociocultural para todos e é também uma meta para sempre. O “Bem Viver” tem uma memória histórica que dá voz e ouvido aos vencidos e, ao mesmo tempo, 15 faz ressoar a voz e os direitos das futuras gerações. ♦

Como apoiar a causa indígena no Brasil

1. O Papa Francisco nos alerta: “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (LS 49). Como se conectam a defesa da vida dos povos indígenas, da justiça, do meio ambiente e de um mundo socialmente justo? (Proposta: trabalhar essas questões em grupos).

2. Fazer um levantamento sobre a presença de grupos indígenas na região. Onde e como vivem? Que dificuldades enfrentam? Como é possível apoiá-los? Também vale visitar a cadeia para saber se há indígenas presos, quais foram os motivos e se há proteção jurídica para eles.

3. Durante a pandemia, muitas comunidades indígenas estão passando necessidade, por falta

de alimentos e materiais de higiene. Em muitas cidades, existem grupos de pessoas ou organizações reunindo doações e distribuindo às comunidades. Informar-se a respeito e contribuir com as doações pode ser uma boa forma de colaborar.

4. Manifestar-se contra iniciativas jurídicas, governamentais ou legislativas que atentem contra os direitos indígenas. Neste sentido, é importante solicitar junto ao STF que, ao julgar o caso de repercussão geral, o faça tendo como parâmetro os direitos originários dos povos – fato jurídico do indigenato – contra a tese jurídica do marco temporal, que pretende impor restrições às demarcações de terras.

5. Acompanhar as notícias e informações sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil. Isso pode ser feito por meio do site e das redes sociais do Cimi.

Semana dos Povos Indígenas 2021

“Povos Originários lutando pela Paz, Justiça e Bem Viver”

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

“O processo de paz é um empenho que se prolonga no tempo”, adverte o Papa Francisco, na recente encíclica Fratelli Tutti (FT). “É um trabalho paciente de busca da verdade e da justiça, que honra a memória das vítimas e abre, passo a passo, para uma esperança comum, mais forte que a vingança”, (FT 226). Paz, justiça, Bem Viver, fraternidade, diálogo: ideias que convergem e permitem vislumbrar, em conjunto, o horizonte de um mundo mais justo.

Levando em consideração a mensagem de Francisco, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) promoveu, em 2021, a Semana dos Povos Indígenas com o tema “Povos Originários lutando pela Paz, Justiça e Bem Viver”.

Não por acaso, o tema escolhido para a Semana dos Povos Indígenas 2021 está diretamente relacionado ao tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021: “Fraternidade e diálogo: Compromisso de Amor”. Em sua quinta edição ecumênica, a campanha, feita em conjunto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), traz o diálogo não apenas em seu tema, mas de forma prática, ao envolver diferentes igrejas em sua construção.

O Cimi acredita na força, na coragem e no protagonismo dos povos indígenas no diálogo para a defesa de seus direitos. Como salienta Francisco, paz, verdade e justiça estão interligadas: é preciso corrigir as injustiças para que se possa construir a esperança de um mundo melhor, verdadeiramente fraterno.

Ao longo dos últimos séculos, os povos originários enfrentaram um longo processo de expropriação, violência e injustiças. Sempre resistiram, defendendo seus territórios, sua identidade, sua cultura – seus direitos, especialmente o de existir de acordo com sua própria forma de vida, voltada a uma convivência harmoniosa com a natureza e os demais seres que habitam nossa Casa Comum, o planeta Terra.

Apesar de todas as violências e violações, a luta destes povos, como salienta Francisco, não é por vingança: é por justiça, é por direitos, é por paz e pelo que chamam de Bem Viver. Além da necessidade urgente de corrigir as injustiças cometidas contra eles e de garantir a efetivação de seus direitos, acreditamos que nós, como sociedade, temos muito a aprender com a diversidade e a riqueza de conhecimentos dos povos originários do Brasil.

Na encíclica Laudato Si (LS), Francisco alertou: “É urgente enfrentar a exploração ilimitada da ‘casa comum’ e dos seus habitantes” (LS 101). Os povos indígenas, muitas vezes tratados por grupos econômicos e pelo Estado como “entraves ao desenvolvimento” do país, podem nos ensinar outras lógicas e outras formas de nos relacionarmos – entre nós e com o planeta que coabitamos.



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

Indígenas Mura da região do Baixo Rio Marmelos (AM), que junto aos povos Tora, Matanawi e Muduruku lutam pela demarcação de sua terra tradicional, uma das 536 do país ainda sem providência pelo Estado brasileiro

Povos indígenas no Brasil – quem são?

Quando falamos de povos indígenas, na verdade, estamos falando de uma diversidade enorme de populações diferentes entre si, diversas em suas línguas, culturas, e também em suas formas de se organizar e de compreender a vida e o mundo.

Possuem, em comum, o fato de que já estavam aqui antes da chegada dos colonizadores e que, sob seu domínio, foram violentados, escravizados, removidos à força de seus territórios, perseguidos e, em muitos casos, exterminados.

Apesar de toda a violência e a pressão do Estado, os povos indígenas resistem e lutam, hoje, para garantir seus

direitos e sua sobrevivência. Segundo o último Censo do IBGE, em 2010 a população indígena no Brasil era de 896 mil indígenas, pertencentes a 305 povos diferentes e falantes de pelo menos 274 línguas. Estes povos vivem em aldeias, mas também em acampamentos, em retomadas ou nas cidades. Além disso, também existem, no Brasil, pelo menos 116 registros de povos indígenas isolados (ou livres), que vivem em áreas de mata, sem contato com a população não indígena (Cimi, 2020).

Assim, podemos entender que estes povos buscam, sobretudo, que se respeite o seu direito à diferença: o direito a existirem como povos que vivem de acordo com princípios que não são orientados ao lucro, à ganância e à propriedade como valores absolutos. Um direito, aliás, que está garantido pela Constituição. E para existir na diferença, existe um requisito fundamental e indispensável: o território, que possui importância não apenas física, mas também simbólica e espiritual.

Terras Indígenas

Terra Indígena é uma categoria jurídica, reconhecida pelo Estado, a partir de um direito originário garantido pela Constituição Federal. Nela estão as aldeias, as matas, os rios, as plantações e as demais áreas fundamentais para a reprodução física e cultural do povo que nela exerce seu usufruto exclusivo.

A Constituição atribui à União (instância federal) a obrigação de demarcar as Terras Indígenas. A demarcação, além de representar um reconhecimento formal do direito de um povo a sua terra, também é uma forma de proteger e resguardar essas áreas, sempre alvo de muita cobiça por seus recursos naturais.

Nem sempre a Terra Indígena abrange todo o território indígena, que é um conceito político e social mais amplo e representa o espaço de vida necessário a um povo em sua dimensão física e espiritual. Nestes territórios, por exemplo, pode haver um pedaço de cidade ou áreas tão degradadas por megaempreendimentos a ponto de não poderem ser usufruídas em sua totalidade pelo povo indígena.

Essa falta de correspondência entre Terra e Território se dá, sobretudo, porque a Terra Indígena é sempre o resultado de uma negociação entre povos indígenas, Estado e demais interessados nestas áreas, entre eles ocupantes não indígenas de boa-fé, mas também inva-

Mensagem de Dom Roque Paloschi

Arcebispo de Porto Velho (RO) e presidente do Cimi

“A Semana dos Povos Indígenas de 2021 nos trouxe como tema “Povos Originários lutando pela Paz, Justiça e Bem Viver”, isso nos interpela a assumir a luta pela justiça, como condição fundamental para o bem viver e a paz entre os povos. A paz é fruto da justiça e para que os povos originários tenham paz é preciso ter seus territórios demarcados e livres de invasores, seus direitos sendo respeitados e implementados e o Bem Viver, eixo central na vivência da alteridade e da reciprocidade. Os povos originários em todo os tempos se mantiveram em luta, resistindo os inúmeros projetos de morte, que ameaça permanentemente sua integridade física, cultural e territorial. São 521 anos de luta contra o genocídio, contra as constantes violações de direitos. A exemplo dos povos originários, continuemos vigilantes, resistindo e atentos as investidas dos que ameaçam a vida. Continuemos lutando pela justiça, pela paz e o bem viver dos povos. A causa indígena é de todos nós”.



sores, grileiros, garimpeiros, desmatadores e ruralistas. E essa negociação, no Brasil, tem uma face violenta porque é sempre influenciada por estes grupos que não respeitam a Constituição e se negam a aceitar os direitos dos povos originários. Os ruralistas, por exemplo, possuem uma das maiores bancadas no Congresso Nacional e no governo Bolsonaro ocupam cargos até mesmo no órgão indigenista oficial, a Fundação Nacional do Índio (Funai).

O procedimento administrativo de demarcação, regulamentado por lei, inicia por um estudo multidisciplinar, que resultará num relatório publicado pela Funai, depois analisado pelo Ministério da Justiça, e, finalmente, homologado pela presidência da República.

Existem hoje 1.298 Terras Indígenas (Cimi, 2020) no Brasil, sendo que apenas 408 (31%) delas chegaram ao registro em cartório, última etapa do procedimento de demarcação. 125 delas se encontram, hoje, homologadas (14), declaradas (63) ou identificadas (48), e outras 162 (12%) aguardam sua identificação pela Funai. A maioria, no entanto, ainda segue sem nenhuma providência administrativa: 41,29%.

O presidente Jair Bolsonaro vem cumprindo a sua promessa de campanha: não demarcar nenhum milímetro de Terra Indígena. A demanda territorial segue reprimida em um ambiente de insegurança jurídica, violência e violações de direitos. Por isso, muitas vezes os povos indígenas recorrem às “retomadas”, que desempenham um papel fundamental, desde a segunda metade do século XX, na garantia do direito à terra previsto pela Constituição.

Devastação e resistência

Mesmo os povos que possuem suas terras indígenas demarcadas ou em processo avançado de demarcação não podem, hoje, usufruir de sua terra com segurança e em paz. Embora a Constituição determine que é papel do Estado, além de demarcar, proteger as terras indígenas, na prática a fiscalização e proteção destes territórios é cada vez menos executada.

O governo federal reduz, a cada ano, o orçamento que destina para essas ações, e a invasão de garimpeiros, mineadoras, fazendeiros, madeireiros, caçadores e pescadores ilegais, entre muitas outras formas de invasão e exploração ilegal das terras indígenas, aumenta cada vez mais. Existem, inclusive, casos de venda ilegal de lotes de terra dentro de áreas demarcadas, no processo que se costuma chamar de grilagem de terras.

As invasões têm aumentado a cada ano, não só por negligência, mas também pelo incentivo do próprio governo federal, que tem defendido, em discursos e medidas, a realização de atividades econômicas para a exploração das terras indígenas – comparadas pelo presidente a zoológicos.

Como funciona uma retomada?

Quando o Estado demora para executar o procedimento demarcatório, incluído aí a retirada de ocupantes não indígenas da Terra Indígena, os povos retornam ao território tradicional por conta própria. Lá estabelecem uma aldeia improvisada em um acampamento e iniciam um processo de resistência e pressão para que o governo conclua a demarcação.

As retomadas são encaradas como invasões de propriedades privadas, mas esse entendimento não leva em conta a Constituição: se o direito é originário, ou seja, anterior à formação do Estado brasileiro, a demarcação apenas identifica e delimita a terra destinada ao povo que a reivindica. A retomada, portanto, não é invasão porque ninguém invade algo que lhe pertence.

Terra Indígena, porém, não existe só no campo ou no chamado Brasil profundo. Há Terras Indígenas situadas em cidades como São Paulo, Manaus, Porto Alegre e Distrito Federal. Essa necessidade pela Terra Indígena acompanha os povos desde a colonização. Os Guarani, por exemplo, têm uma palavra que resume o sentido da mobilização pela terra: tekoha. Podemos dizer, de maneira simplificada, que tekoha significa “o lugar onde se é”.

Em 2019, o relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, do Cimi, registrou 256 casos de invasão a terras indígenas no país. O desmatamento e as queimadas nas terras indígenas também bateram recorde nos últimos anos, especialmente na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal. A devastação de rios e matas, além de inviabilizar a sobrevivência dos povos que vivem da caça, da pesca e da agricultura tradicional, destrói lugares que, para esses povos, são sagrados e possuem uma importância além da material. Afeta, ainda, o equilíbrio ambiental e climático de todo o planeta.

Entender os povos indígenas como guardiões do meio ambiente é uma excelente ideia para revertermos a hecatombe climática em curso. Essa tarefa tem sido custosa para os povos indígenas. A pressão dos invasores gera situações graves de conflito que muitas vezes culminam em ameaças, agressões e até na morte de diversas lideranças indígenas, desamparadas pelo Estado que deveria protegê-las.

Em 2019, ainda segundo o relatório do Cimi, 113 indígenas foram assassinados no Brasil. “A ganância pela terra está na raiz dos conflitos que levam ao etnocídio, ao assassinato e à criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças”, alerta o Documento Final do Sínodo para a Amazônia (DF 45).

A pressão para retirar direitos e explorar territórios indígenas Durante a Ditadura Militar, vigorava no Brasil a ideologia integracionista, segundo a qual os povos indígenas deveriam ser integrados à sociedade e “transformados”, assim, em cidadãos comuns. Os militares trabalhavam com a ideia de que os povos indígenas deixariam de existir à medida que se “desenvolvessem” – ou seriam forçados a isso, caso se negassem a aceitar a ideia de “desenvolvimento” imposta de cima para baixo pelo Estado.

Essa perspectiva integracionista foi enterrada pela Constituição de 1988, mas hoje retorna nas falas e ações do governo federal, que junto a setores do Congresso Nacional, como a bancada ruralista, por trás do discurso que apresenta os povos indígenas como supostamente “atrasados” e apresenta, como solução, a “integração” e o “progresso”, tem atuado para contornar a Constituição e abrir as terras indígenas aos interesses econômicos de grandes empresas nacionais e internacionais, especialmente da agropecuária e da mineração.

Algumas das principais medidas do governo federal nesse sentido incluem:

- Instrução Normativa 09/2020: publicada em abril de 2020 pela Funai, essa normativa libera a certificação de propriedades privadas sobre terras indígenas ainda não homologadas. Assim, a medida da Funai permite que empresas e fazendeiros certifiquem propriedades sobre terras indígenas, mesmo naquelas em estágio avançado de demarcação, o que permite sua comercialização e fomenta os conflitos e a grilagem.
- Projeto de Lei nº 191/2020: de autoria do governo federal, o projeto, que tramita na Câmara dos Deputados, busca regulamentar a pesquisa e a exploração de recursos minerais, o garimpo, a extração de hidrocarbonetos e o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica dentro de terras indígenas.
- Instrução Normativa Conjunta 01/2021: publicada em fevereiro de 2021 pela Funai e pelo Ibama, a medida cria condições para que organizações indígenas ou organizações mistas – constituídas entre indígenas e não indígenas – possam explorar economicamente as terras tradicionais. Essa medida busca dar roupagem de legalidade às invasões e à exploração de terras indígenas e levará ao acirramento de conflitos.
- Resolução 04/2021: A medida, também publicada pela Funai, estabelece “critérios de heteroidentificação” para avaliar a autodeclaração de identidade dos povos indígenas. Na prática, o governo busca criar barreiras para dificultar o reconhecimento da identidade de povos indígenas e dificultar, assim, o acesso a políticas públicas – entre elas, a vacinação. Por sua evidente ilegalidade, a medida foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em março de 2021.

Eis alguns exemplos dos ataques mais recentes que buscam minar os direitos dos povos indígenas, desrespeitando seu direito à Consulta Livre, Prévia e Informada sobre qualquer medida ou projeto que afete seus direitos ou seus territórios, garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. “Os povos nativos não são contra o progresso, embora tenham uma ideia diferente de progresso, frequentemente mais humanista que a da cultura moderna”, resume o Papa Francisco.

“Não é uma cultura orientada para benefício daqueles que detêm o poder, daqueles que precisam de criar uma espécie de paraíso sobre a terra. A intolerância e o desprezo perante as culturas populares indígenas são uma verdadeira forma de violência” (FT 220). O que para o governo e as grandes empresas é desenvolvimento, para os povos indígenas, muitas vezes, significa apenas morte e devastação. ♦



Foto: Denisa Starbova

Povo Huni Kui, Acre

Indígenas tomam Esplanada dos Ministérios em prol de seus direitos

Protestos seguem contra o garimpo, as invasões a seus territórios e a paralisação de demarcações de suas terras, bem como frente ao descaso à pandemia

Por Assessoria de Comunicação – Cimi

Povos indígenas protestaram por todo o país contra o governo Bolsonaro, no dia 19 de abril, Dia do Índio. Em Brasília, 110 indígenas realizaram um ato simbólico, mas enfático, com faixas, na Praça dos Três Poderes, logo no início da manhã, em que alertaram a sociedade brasileira contra as intenções do governo federal de legalizar o garimpo em Terras Indígenas com o Projeto de Lei (PL) 191/2020. Também pediram Fora Bolsonaro!

Indígenas dos povos Xerente, Krahô, Krahô Takaywra, Xokleng, Kaingang, Terena, Guarani e Kaiowá, Kinikinaw, Munduruku, Tupinambá e Arapium fizeram um grande círculo e abriram suas faixas direcionadas ao Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF). Para a ação, foi estabelecido um protocolo sanitário com distanciamento social, máscaras e álcool em gel.

Nas faixas, mensagens contra o garimpo em terras indígenas, definido pelos indígenas como invasão, rechaço ao PL 191, pedidos de apoio aos ministros do STF para que os direitos indígenas não sejam violados por um governo distintamente anti-indígena, apelo ao caráter originário do direito à terra e contra a tese marco temporal, que busca impor restrições institucionais à demarcação.

A ação ocorreu de forma pacífica e simbólica, sem aglomerações ou idas aos órgãos públicos. Ainda na mesma manhã, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) estendeu um bandeirão num dos quadrantes da Esplanada dos Ministérios, pouco antes do Congresso Nacional, em que pedia “Justiça aos Povos Indígenas”, “Demarcação Já!”, “Nossa Luta é Pela Vida!” e “Fora Bolsonaro!”.

Irmão contra irmão: a estratégia do governo

Kretã Kaingang, presente no ato da Praça dos Três Poderes e destacada liderança indígena do país, lembra que estar ali, para os povos indígenas, é difícil diante da pandemia: “nós não poderíamos estar aqui, mas devido a posição do governo Bolsonaro de ataque sobre nós, povos indígenas, fez com que a gente chegasse até aqui hoje”.

O indígena Kaingang, filho de Ângelo Kretã, liderança das retomadas de seu povo na década de 1970, assassinado após emboscada, lembra que este dia 19 “o Estado brasileiro denominou como Dia do Índio para comemoração, mas usamos como dia da luta”. Kretã lembra que participaram do protesto apenas os indígenas que receberam as duas doses da vacina contra a covid-19.

Ele explica que o governo Bolsonaro vem adotando uma estratégia de dividir os povos indígenas para “colocar irmão contra irmão, um matar o outro para que o governo tenha benefício com a morte ou a criminalização dos envolvidos”. O garimpo e o arrendamento de terras, na análise de Kretã, têm sido as duas principais correias de transmissão desta estratégia em curso.



Indígenas protestaram contra o garimpo em terras indígenas e exigiram respeito aos seus direitos

“(Bolsonaro) faz um jogo político de irmão contra irmão, de expulsões de famílias das áreas a serem exploradas (pelo garimpo e arrendamento)”

Se por um lado há impedimentos ou dificuldades constitucionais para a garimpagem de minérios em terras indígenas, como também para o arrendamento dessas terras para a cadeia do agronegócio, se são os indígenas que pedem tais cadeias exploratórias fica estabelecido um contraponto diante da imensa maioria de povos e do próprio movimento indígena que se posiciona contra tais atividades predatórias.

“(Bolsonaro) faz um jogo político de irmão contra irmão, de expulsões de famílias das áreas a serem exploradas (pelo garimpo e arrendamento). Essa política dele de jogar irmão contra irmão é para efetivar a política genocida do governo. Então aqui tá um grupo de irmãos financiado por garimpeiros para contrapor nosso grupo, contrário a esse PL de regularização de garimpo: esse câncer dentro de terras indígenas”, diz Kretã.

Indígenas patrocinados por garimpeiros

A liderança se refere a um grupo que também aportou na Praça dos Três Poderes, mas para defender o garimpo e atividades minerárias dentro dos territórios e terras indígenas. Conforme foi noticiado pela imprensa, com áudios e provas documentais, estes indígenas são patrocinados por organizações de garimpeiros por sua vez ligadas a políticos regionais da base bolsonarista.

Kretã Kaingang lembra que indígenas que vivem em terras exploradas pelo garimpo vivem açoitados pela violência trazida pelos invasores e o resultado da depredação ambiental, onde os rios, peixes e terra estão contaminados por mercúrio, e outros metais pesados, adoecendo comunidades inteiras. “Regularizar mineração em Terra Indígena é regularizar garimpo”, crava.

Se o garimpo é o que mais preocupa na Amazônia, Kretã lembra que no Sul do Brasil o arrendamento de terras é um mal que tem levado indígenas contrários à prática à perseguição e morte. “Você tira o invasor da Terra Indígena e ele fica do lado. Amanhã ele arrenda. Durante a pandemia, as maiores terras que tiveram áreas arrendadas foram as que mais receberam cestas básicas do Estado”, diz.

Isso se dá porque o arrendamento é controlado por poucas famílias, enquanto a maioria da comunidade perde áreas para plantar, caçar e fazer com que a terra cumpra seu papel: garantir autodeterminação e o máximo de autossuficiência alimentar. A prática tem acirrado conflitos internos e preocupa porque se mostra tão letal quanto a violência que vem de fora, de pistoleiros e matadores contratados.

Diante de tal cenário, Kretã agradeceu aos ministros da Suprema Corte pelas decisões e pronunciamentos mais recentes favoráveis aos direitos indígenas, com destaque aos territoriais. Ele explica que um momento em que há um governo contra os povos indígenas, que perdeu a Funai e vê projetos de garimpo e arrendamento avançarem, o STF destoa e reafirma a Constituição.

“Por isso pedimos ao STF que pautar o julgamento do Recurso Extraordinário com repercussão geral,

que trata da Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, do povo Xokleng, que pode afetar as demais terras indígenas por conta da tese anti-indígena do marco temporal. Muito importante que os ministros afastem essa tese das nossas terras para que possamos viver em paz e protegendo a natureza”, encerra.

Não devíamos estar aqui, mas não teve jeito

Para Elizeu Guarani e Kaiowá, sair de sua terra e ir a Brasília não era algo planejado. Para ele, que vive no Mato Grosso do Sul, se no país houvesse um governo interessado em evitar mortes e garantir a vida, os povos indígenas poderiam estar protegidos em suas terras vigiadas pelo Ibama e Polícia Federal contra invasores, abastecidos de cuidados de saúde e contribuindo para que o país passe por esse momento difícil. Não é o caso.

“No meio da pandemia, estamos aqui (em Brasília), dia 19 de abril, Dia do Índio, não comemorando, mas em manifesto pedindo respeito. Esse pesadelo de pandemia, que já morreu mais de mil indígena, a gente ainda tem invasor nos territórios pra garimpo, grilagem, arrendamento. Não tamo aguentando isso. Precisamos sair das áreas pra vir aqui dizer que tamos morrendo”, denuncia.

No Pará, na Terra Indígena Sawre Muybu, do povo Munduruku, a comunidade se manifestou contra o garimpo



Indígenas cobram a retomada das demarcações de seus territórios

O pedido do Guarani e Kaiowá é direto: sangue indígena, nenhuma gota a mais. “O segundo objetivo do nosso manifesto é que a gente não aceita garimpo nas terras indígenas, não aceita marco temporal, não aceita PEC 215. Somos contra mineração, arrendamentos. Não aceitamos. Por isso estamos aqui hoje, enfrentando a pandemia e o governo do Bolsonaro”, conclui.

Além de Brasília, os povos indígenas se manifestaram em outras regiões do país. No Pará, na Terra Indígena Sawre Muybu, do povo Munduruku, a comunidade se manifestou contra o garimpo, projetos agrominerários e grandes empreendimentos que afetem seus modos de vida, pediram “Demarcação Já!” e “Fora Bolsonaro!”. Cacique Juarez Munduruku liderou os atos ao lado das crianças e mulheres.

Carta divulgada pelos povos indígenas presentes na mobilização em Brasília

Neste 19 de abril, data simbólica dedicada aos povos indígenas, em memória a nossos antepassados e às lideranças tombaram na luta, estamos aqui para reafirmar a luta por nossos direitos.

Não aceitamos que um governo genocida, juntamente com políticos ligados ao agronegócio e à mineração, promovam armações na tentativa de atacar nossos direitos e tentem criar um ambiente favorável à aprovação de projetos voltados à exploração e DEVASTAÇÃO de nossos territórios.

O coronavírus, aliado ao descaso criminoso do governo Bolsonaro, já levou a vida de mais de 1000 indígenas, infectou 52 mil e afetou mais de 160 povos de acordo com dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Em muitos casos, levou anciões, guardiões dos nossos saberes ancestrais. Exigimos a imediata vacinação de todos os indígenas do Brasil, inclusive aqueles que vivem em contexto urbano, conforme a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

O governo do capitão Bolsonaro se aproveita desse cenário de crise sanitária, que ele próprio fortaleceu, para impor a sua pauta e seus projetos de morte, entre eles o PL 191/2020 que libera a mineração, a exploração de recursos hídricos e outros projetos de destruição em nossas terras; o PL 490/07 que impede a demarcação de nossas terras.

Por isso, decidimos vir à capital federal, mesmo sabendo dos riscos que corremos no momento, porque entendemos que os riscos trazidos pelos projetos de morte do governo Bolsonaro são ainda maiores, comprometem nossos territórios e o futuro de nossas gerações e podem causar nosso genocídio. Colocamos nossas vidas em risco, hoje, para que nossos filhos, netos e bisnetos tenham a possibilidade de uma vida digna amanhã.

Para amenizar os riscos que corremos, tomamos todos os cuidados que estão ao nosso alcance: apenas lideranças já imunizadas com a segunda dose da vacina integram nossas delegações, estamos mantendo o distanciamento social, o uso de máscaras e álcool em gel e demais cuidados para evitar a contaminação. Vamos nos cuidar e nos proteger – o mesmo que fizemos ao longo deste último ano.

Estamos aqui para manifestar apoio à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), suas lideranças e ações. Reforçamos, com nossa mobilização, o Manifesto divulgado pela APIB neste dia 19 de abril de 2021.

Exigimos a imediata retomada das demarcações de todas as terras indígenas do Brasil, que estão totalmente paralizados desde a posse do atual governo. Que

o delegado indicado pela bancada ruralista para a presidência da Funai pare de servir aos interesses antiindígenas e cumpra seu papel institucional na efetivação dos nossos direitos.

Estamos aqui para lutar contra o PL 191/2020, a PEC 215/2000, o PL 490/2007, dentre outras proposições legislativas que nos agridem e atacam nossos direitos consagrados constitucionalmente.

Estamos aqui para defender o direito constitucional ao usufruto exclusivo de nossas terras. Denunciamos que casos de exploração de terras indígenas por não indígenas, a exemplo de arrendamentos, retirada de madeira e minérios, dentre outros, são usados por fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e alguns políticos como mecanismo estratégico de divisão e promoção de conflitos internos nas terras indígenas.

Exigimos a imediata retirada de todos os invasores que exploram ilegal e criminosamente as nossas terras.

Estamos aqui para defender e agradecer o STF, seus Ministros e Ministras, pelas decisões tomadas no âmbito da ADPF 709 (que obrigou o governo a apresentar um plano de combate ao coronavírus entre os povos e determinou a retirada de invasores de terras indígenas); da Ação Rescisória 2686 (que reabriu a discussão sobre a demarcação da Terra Indígena Guyraroká); das liminares tomadas no âmbito do Recurso Extraordinário 1.017.365, com Repercussão Geral (que impediram despejos de nossas comunidades e retrocessos administrativos e judiciais na demarcação de nossas terras).

Reforçamos o pedido ao Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, para que coloque em pauta, com urgência, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, com Repercussão Geral.

Estamos aqui para denunciar e lutar contra a tese do Marco Temporal. Defendemos o direito originário sobre nossas terras. Neste sentido, demandamos e esperamos que todos os Ministros e Ministras do STF, ao julgar o Recurso Extraordinário acima citado eliminem de uma vez por todas essa ideia do Marco Temporal e reafirmem definitivamente o direito originário sobre nossas terras.

A Pandemia vai passar. Mas a boiada aqui não passa.
 Fora Bolsonaro.

Brasília, DF, 19 de abril de 2021

Mais agenda de mobilizações e denúncias

Em Brasília, indígenas denunciam invasões a seus territórios, cobram retomada das demarcações de terras e denunciam governo brasileiro à ONU por paralisação de demarcações e descaso frente à pandemia

Por Assessoria de Comunicação – Cimi

No 20 de abril, após protestos do dia anterior referente ao Dia do Índio, indígenas dos povos Xerente, Krahô, Krahô Takaywra, Xokleng, Kaingang, Terena, Guarani e Kaiowá, Kinikinau, Munduruku, Tupinambá e Arapium denunciaram as constantes investidas do governo federal para liberar a mineração e o agronegócio em terras indígenas e cobraram a demarcação e desinvasão de seus territórios e um plano de vacinação para todos os indígenas.

Com cerca de 130 indígenas de seis estados – Tocantins, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Pará -, a delegação realizou manifestações em frente aos Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e da Justiça. Os indígenas protocolaram em cada uma das pastas uma carta com suas reivindicações.

As manifestações também aconteceram em frente à sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), onde cobraram a presença do presidente do órgão, Marcelo Xavier. Sem serem recebidos, protocolaram sua carta e documentos com reivindicações das regiões. Na carta protocolada e em suas falas, cartazes e faixas, os povos manifestaram-se também contra a tese do marco temporal, os Projetos de Lei (PLs) 191/2020 e 490/2007 e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215.

A delegação cobrou o cumprimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709 que obriga o governo federal a criar um plano para enfrentamento da pandemia do coronavírus nas comunidades indígenas. Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o governo federal não tem cumprido de forma adequada as determinações.

20ª Sessão do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas das Nações Unidas

Lideranças indígenas dos povos Mura, Maraguá, Karipuna, Kanamari, Makuxi e Guarani e Kaiowá levaram suas denúncias contra o governo brasileiro à ONU, durante a 20ª Sessão do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas das Nações Unidas. Em suas falas, os indígenas ressaltaram a total paralisação das demarcações de Terras Indígenas, a intensificação de conflitos territoriais e invasões em seus territórios e



Palavras de ordem e rituais em frente do Ministério da Saúde denunciam o descaso com a saúde das comunidades indígenas

A veiculação da palavra “**genocídio**” é frequente nas falas e mensagens dos povos indígenas do Brasil e à ONU, e remete à Convenção para a Prevenção e a Repressão ao Crime de Genocídio, formulada pelas Nações Unidas em 1948 e promulgada pelo Brasil em 1952 por meio do Decreto nº 30.822, segundo o qual se define crime de genocídio “atos, cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo”.

o deliberado descaso na atenção à saúde durante a pandemia de covid-19, que tem desproporcionalmente afetado os povos indígenas brasileiros. A acusação é severa: os povos indígenas brasileiros acusam o governo Bolsonaro de prática de genocídio.

No dia 20 de abril, Jair Seixas, cacique-geral do povo Maraguá, denunciou o conflito acontecido em 2020 no rio Abacaxis entre policiais militares e traficantes de entorpecentes, que gerou impactos e vítimas aos povos Maraguá e Munduruku, e a crescente pressão

sobre o território tradicional Maraguá, que não está demarcado e não recebe apoio ou acompanhamento algum por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai).

No mesmo dia, em um evento paralelo promovido pela Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), Jeremias Mura denunciou que o Brasil não efetivou uma política diferenciada para os povos indígenas durante a pandemia, contribuindo para as invasões territoriais e para o agravamento de problemas em todas as políticas públicas e serviços às populações indígenas. Invasores violaram os protocolos sanitários nas Terras Indígenas e o governo se omitiu em fiscalizar.

Nos dias 21 e 22, em agendas oficiais do Fórum, Adriano Karipuna pediu ajuda às Nações Unidas para pressionar o governo brasileiro a realizar a fiscalização dos territórios garantida na Constituição. As Terras Indígenas de Rondônia, especialmente o território de povos como os Karipuna, já estão severamente invadidas e esta tendência apenas piorou nos últimos anos, especialmente durante a pandemia de covid-19.

Do povo Guarani e Kaiowá, duas lideranças fizeram declarações à ONU, Jorgelina Duarte e Otoniel Ricardo, também na quinta-feira, dia 22. Ambas lideranças lembraram a caótica e terrível situação que o povo Guarani e Kaiowá já denunciam há anos. Historicamente, os Guarani e Kaiowá sofrem um longo litígio de seus territórios, e muitas comunidades hoje vivem em pequenos acampamentos à beira das estradas ou em retomadas constantemente atacadas por jagunços e pistoleiros a mando de grandes fazendeiros. ♦



Na avaliação dos indígenas, a aprovação dos PLs 191/2020 e 490/2007 e da PEC 215, irão inviabilizar demarcações e permitir a devastação das suas terras

Evento sobre isolados revela: “É preciso ação imediata para que continuem vivendo”

O debate fez parte de um evento paralelo à 20ª Sessão do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas das Nações Unidas e teve o objetivo de levar denúncias ao plano de ação internacional

Por **Alass Derivas**, especial para a assessoria de comunicação – Cimi

A questão envolvendo os povos indígenas em situação de isolamento voluntário ou de pouco contato, os livres, foi debatida em evento paralelo à 20ª Sessão do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas das Nações Unidas neste mês de abril. Promovida pela Equipe de Apoio aos Povos Livres, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com o tema “Territórios assegurados, condição de paz e justiça para os Povos Indígenas em Isolamento Voluntário”, a atividade reuniu lideranças indígenas, representantes de organizações indigenistas e do organismo multilateral da ONU, além das pessoas que participaram remotamente.

O objetivo foi de estreitar a atuação conjunta internacional em prol da proteção dos povos isolados e da garantia da paz nos territórios onde circulam estas populações. O debate teve um caráter reflexivo, que parte da urgência causada pelo momento em que vive o Brasil. O governo Bolsonaro, conforme a reflexão dos participantes, representa um momento histórico de ameaça às florestas e ao direito à vida dos povos indígenas, especialmente dos povos isolados ou de pouco contato, pela sua política de atuação frente à pandemia do novo coronavírus e pelo seu incentivo a invasões de territórios por parte de madeireiros, garimpeiros e missionários fundamentalistas.

De acordo com os conferencistas do evento, se faz necessária uma ação imediata para garantir o direito à vida dos povos isolados e da população indígena em geral. Uma ação que seja somada a recomendações internacionais e que fortaleça quem já está nos territórios defendendo os povos de invasores.

O coordenador da Equipe de Apoio aos Povos Livres e integrante do Cimi Regional Maranhão, Gilderlan Rodrigues da Silva, fez a mediação e descreveu os povos livres como “aqueles grupos que optaram, para preservar sua vida e sua autonomia, por manter contato sistemático ou permanente com a sociedade envolvente”.

Dom Roque Paloschi, arcebispo de Porto Velho e presidente do Cimi, destacou a bravura dos povos isolados e de pouco contato frente ao atual cenário: “estas populações desconhecem a atuação do Estado, democracia, até as diversões mais simples do nosso cotidiano, mas cada vez mais conhecem a violência apresentada pela nossa sociedade e pelo governo. Não podemos permitir o risco do genocídio. Não podemos ignorar esse momento. Nossa obrigação é estar ao lado e exigir que o Estado cumpra com suas obrigações”.

O presidente do Cimi lembrou ainda da criação da Equipe de Apoio aos Povos Livres, há 20 anos, e da luta do padre e assessor antropológico Gunter Kroemer na criação desta equipe e no trabalho de defesa dos povos. “O Cimi, ao longo dos seus 49 anos, tem procurado estar vigilante e intransigente na defesa da vida desses povos, que nos ensinam sobre convivência e respeito nesses tempos de crise”.



Isolados na Terra Indígena Yanomami

O ataque aos povos isolados e a urgência da defesa

Liderança do povo Tenetehar/Guajajara, Antônio Wilson Guajajara é um dos indígenas “Guardiões da Floresta”, articulação de defesa da Terra Indígena do povo e dos povos isolados que vivem nela. Wilson, que é cacique da Terra Indígena Karu, município de Bom Jardim, Maranhão, relatou os ataques que vêm sofrendo em seu território através da invasão de madeireiros e garimpeiros guiados, segundo ele, apenas pela ambição de conseguir cada vez mais minério, ouro, dinheiro, de retirar todas as riquezas de dentro da floresta.

“Estamos fazendo de tudo para que nossas florestas não sejam devastadas, não sejam destruídas. Se ela for destruída, todas as pessoas que vivem no meio delas também serão. Pois é da floresta que ainda estamos conseguindo respirar, viver uma vida digna”. O cacique Guajajara destacou que os ataques não se restringem ao seu povo. Trouxe o exemplo dos grupos isolados e de recente contato do povo Awá-Guajá, que vêm sofrendo fortes ataques de madeireiros. A ação dos Guardiões da Floresta é também para evitar que povos isolados, como os Awá, sejam dizimados pela ofensiva atual.

Para Wilson Guajajara, os ataques se intensificaram nos dois últimos anos, com o governo Bolsonaro. Além do desmonte e aparelhamento de órgãos como a Polícia Federal, Ibama e Funai – que controlados politicamente por setores anti-indígenas deixaram de fazer o trabalho de fiscalização, por exemplo. Ocorre que o governo federal tem incentivado a atuação dos invasores, inclusive tentando legalizar o garimpo em terras indígenas – como no caso do Projeto de Lei 191/2020.

“Em um contexto tão complicado, é fundamental não só discutir, mas assumir os compromissos e uma aliança para defender o direito à vida dessas populações isoladas.”

Guajajara apela ao apoio internacional: “estamos fazendo o que a gente pode, mas estamos indo contra os mais poderosos. Não estou clamando por dinheiro, como o presidente fez esta semana. Dinheiro que ele quer usar de uma forma errada, para apoiar os fazendeiros, os madeireiros, o agronegócio, todos aqueles que trazem lucro para ele e destruição para o nosso povo”.

O fundamentalismo religioso ameaça os povos isolados

Ângela Kahyana, coordenadora executiva da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab), pediu ao presidente do Cimi apoio para disseminar a palavra de que povos indígenas estão sendo dizimados em nome de uma religião e isso “não é legal, não é moral”. Era um alerta de Ângela para uma grande ameaça que sofrem os povos isolados: a ação das missões fundamentalistas neopentecostais, também impulsionadas pelo governo Bolsonaro.

Assim como destacou Lino João de Oliveira Neves, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e da Equipe de Apoio aos Povos Livres (EAPIL – Cimi), a ação de missionários evangélicos é uma estratégia extrema de ataque aos direitos indígenas, à sua autodeterminação →

→ e às formas e maneiras usadas por estes povos para viver de acordo com suas culturas. A evangelização segue sendo um dos primeiros passos para a exploração extrativista dos territórios.

Ângela pediu que leve adiante o clamor de que é preciso responsabilizar o Estado pelas atrocidades que vem se configurando como genocídio. “Em um contexto tão complicado, é fundamental não só discutir, mas assumir os compromissos e uma aliança para defender o direito à vida dessas populações isoladas”, disse Ângela.

A situação é tão dramática, conforme a coordenadora da Coiab, que é difícil mensurar se a invasão de 521 anos atrás foi tão violenta quanto essa ofensiva do governo Bolsonaro. “É preciso ser tomada uma ação imediata para que essas pessoas continuem vivendo”. Para Ângela, estamos falando sobre o direito à vida, de permitir que povos e populações vivam no seu modo de ser.

“Quando falamos de povos que escolhem viver de forma autônoma é a garantia de viver daquele modo de vida. Negar isso é uma violação que se destrincha várias outras que envolvem toda uma conjuntura”, disse. A liderança destacou alguns elementos que acirraram as violações a partir de 2019. Primeiro, a pandemia, que, segundo ela, é mais um vírus na história indígena, mas que atualmente, ao chegar de forma desoladora, como tem sido, escancara o papel e a fragilidade do Estado no cuidado com a saúde dos povos isolados.

Além disso, a inoperância do governo federal, orquestrada por políticas anti-indígenas, do não controle dos crimes ambientais e da não responsabilização da invasão de território, promove recordes de desmatamento e de queimadas. É a morte chegando, a galope, e de formas distintas. “Nunca houve um governo que se declarasse tão anti-indígena e que atacasse tanto os direitos dos povos indígenas”, criticou.

Mais territórios afetados

Este conjunto de graves ameaças se repete em muitos dos territórios indígenas com presença de povos isolados, entre os quais se destacam as Terras Indígenas (TIs) Yanomami (AM/RR), Vale do Javari (AM), Ituna/Itatá (PA), Uru-Eu-Wau-Wau (RO) e Piripkura (RO), além das terras dos povos Guajajara e Awá Guajá, todas na região amazônica, e na TI Inawébohona, na Ilha do Bananal, Tocantins, na região Centro-Oeste.

Lino João de Oliveira Neves, professor da Ufam, salientou duas ameaças: a defesa do governo das missões fundamentalistas em terras indígenas, estratégia para abrir caminho para expansão extrativista dos recursos naturais. “Não pensam os povos indígenas como sujeitos de direitos, mas a serem tutelados”. Também lembrou a tentativa de Bolsonaro de incentivar a cisão interna das comunidades, como no caso dos Munduruku (PA), onde há um grupo aliado à garimpagem, e dos indígenas Pareci (MT), em que parte deste povo se tornou espécie de embaixador do agronegócio em seu

projeto de intrusão nas terras indígenas por parceiras agrícolas e arrendamentos.

“Essa ofensiva contra os povos indígenas é muito grave, é trágica, principalmente sobre a população de isolamento. Essas violências contínuas e violações sistemáticas atingem o direito dos indígenas, não só retóricos, mas assegurados na Constituição, na Convenção 169, além das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. É vasta a documentação de proteção, que não é cumprida pelos Estados Nacionais (tanto no Brasil quanto do outro lado das fronteiras)”, apontou Lino.

Segundo o relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2019, do Cimi, atualmente existem 116 povos isolados. No levantamento oficial do governo federal, feito pela Funai, são apenas 28. Uma diferença de 88.

A urgência de uma articulação internacional efetiva de apoio à defesa dos territórios

O representante regional para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) na América do Sul, Jan Jarab, afirmou que a ONU está ciente em relação às denúncias feitas por Ângela e Wilson, no que diz respeito ao acirramento da desigualdade devido à pandemia e também referente ao modo como a covid-19 está atingindo aos povos indígenas, especialmente os isolados ou de pouco contato. Também citou as ofensivas sofridas com as invasões da mineração e do garimpo nos territórios.

O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) na América do Sul, apontou Jarab, segue recomendando aos Estados da região a necessidade, por exemplo, de que os governos construam junto com os povos estratégias de combate à covid-19. Sugere também o fortalecimento de povos que vivem próximos aos povos isolados.

“Estou consciente que isso pode parecer distante devido à situação fora de controle da pandemia. No entanto, deveríamos pensar na fase de recuperação após essa situação. Não se deve tratar de uma recuperação somente econômica, baseada nesse modelo econômico destrutivo. Não se deve permitir o desenvolvimento descontrolado de empresas extrativas em terras indígenas, na região amazônica”, finalizou. ♦

Responsabilização e forma de proteção

O professor Lino trouxe a importância de fazer com que os governos sejam responsabilizados pelo não cumprimento das recomendações internacionais. “É preciso fazer força para que os organismos multilaterais, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Relatoria da ONU, tomem as recomendações não só por ordem jurídica, mas como ordem política”, destacou.

Para Ângela Kahyana, os povos indígenas, e em especial os povos isolados e de pouco contato, estão frente a frente com situações críticas de invasão e perda de territórios. “Enquanto Coiab, temos somado esforços de denunciar e se aliar às ações de proteção de territórios. Porque o interesse pela vida dessas populações isoladas é nosso também.

São nossos familiares, nossos parentes. Sangue do nosso sangue”, declarou.

Wilson Guajajara finalizou com um apelo à comunidade internacional: “todas as pessoas de outros países, que estão ouvindo a minha voz, minha voz de dentro da mata, que está vendo todo esse sofrimento, nos resta a união. Pegar na mão daqueles que lutam pela floresta, dos nossos amigos que estão do nosso lado. Esta é uma ação para salvar o meu povo, mas também para toda a humanidade, para que a gente consiga salvar os animais, a floresta, e ainda se houver tempo de salvar a humanidade de uma verdadeira catástrofe. O presente somos nós, o futuro são nossos filhos”.

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

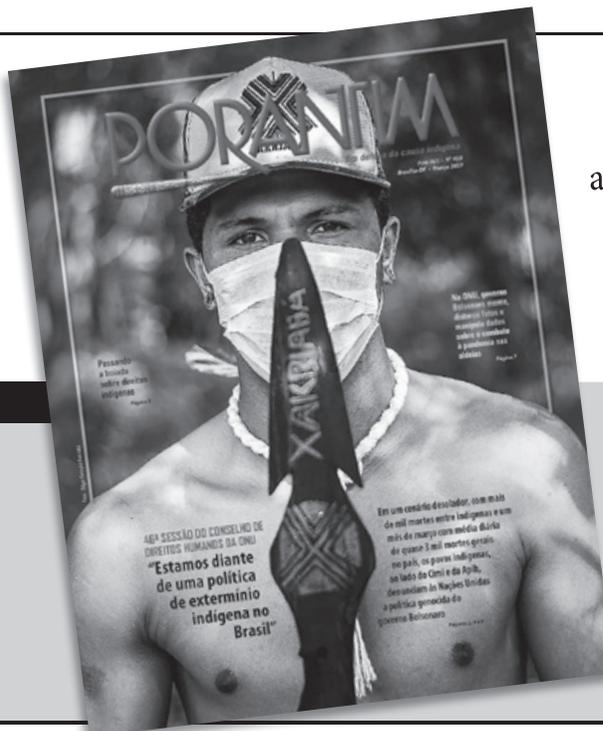
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Vitória Guarani Kaiowá

O STF acolhe recurso e abre caminho para reverter decisão que anulou demarcação da TI Guayraroka. Decidiu por unanimidade que vai analisar a ação rescisória dos Guarani Kaiowá, que não foram ouvidos no processo que anulou a demarcação de sua terra

Por Assessoria de Comunicação Do Cimi

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu admitir o recurso do povo Guarani Kaiowá e analisar a ação rescisória, movida pelos indígenas, que busca reverter a anulação da demarcação da Terra Indígena (TI) Guayraroka, no Mato Grosso do Sul. A decisão se deu em julgamento virtual, iniciado no dia 26 de março e encerrado no dia 7 de abril. Os onze ministros da Corte votaram a favor da demanda da comunidade.

O caso da TI Guayraroka é simbólico na luta dos povos indígenas em defesa do direito de acesso à Justiça e contra a tese do marco temporal. Sua demarcação foi anulada pela Segunda Turma do STF em 2014, com base na tese do marco temporal e sem que a comunidade participasse do processo. Os indígenas tentaram diversas vezes recorrer da decisão, sem sucesso, e o caso transitou em julgado em meados de 2016.

Por esse motivo, em 2018, a comunidade ingressou com a atual ação rescisória, buscando reverter a decisão devido aos graves erros e violações cometidas. Ainda naquele ano, a rescisória foi negada pelo relator, o ministro Luiz Fux – que, no jargão jurídico, “não conheceu” a ação, ou seja, sequer abriu processo para analisá-la no mérito. A comunidade recorreu, apoiada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Foi esse recurso que, agora, recebeu decisão favorável da Suprema Corte. Inicialmente, Fux havia se manifestado contrariamente ao recurso, no que foi acompanhado pela ministra Carmen Lucia. Ainda em 2018, o julgamento foi suspenso após pedido de vistas do ministro Edson Fachin. Retornou agora, em março de 2021, com voto favorável do ministro.

Após o voto-vista de Fachin, o relator, Luiz Fux, reviu sua posição e votou a favor da comunidade. Foi acompanhado pelos demais ministros e ministras, fechando um placar de onze a zero em favor da demanda Guarani Kaiowá.

“O processo que anulou a demarcação já transitou em julgado, ou seja, já acabou. O que está em jogo agora é essa outra ação, rescisória, cujo objetivo é anular aquele outro processo”, explica Rafael Modesto dos Santos, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário – Cimi e um dos advogados da comunidade de Guayraroka.

“Se a comunidade ganhar essa ação, aí sim, tudo volta à estaca zero: a portaria declaratória de Guayraroka volta a ser validada, e tanto o processo quanto a decisão que anularam a demarcação se tornam nulos”, sintetiza Rafael.

Com a decisão desta semana, o julgamento do mérito da ação rescisória iniciará, com a participação da comunidade da TI Guayraroka, e tem chances reais de reverter a anulação da terra indígena – uma luta não só das 26 famílias que vivem nela, mas de todo o povo Guarani Kaiowá.

“Essa decisão favorável é um passo muito importante para nós, mas sabemos que vem mais coisas por aí e estamos prontos e com a expectativa de fazer parte desse processo”

“Essa decisão favorável é um passo muito importante para nós, mas sabemos que vem mais coisas por aí e estamos prontos e com a expectativa de fazer parte desse processo”, comemora Erileide Domingues, jovem liderança Guarani Kaiowá do tekoha Guayraroka.

“Queremos que a comunidade seja ouvida, principalmente as pessoas centenárias, as lideranças, as crianças que cresceram aqui dentro, as pessoas que retomaram essa aldeia. É importante ouvir e entender qual é o motivo de recuperar nosso espaço”, reivindica a Kaiowá.



Tito Vilhalva, ancião do tekoha Guayraroka, comemorou cem anos durante semana de luta pela demarcação de sua terra em Brasília

“A falta de citação da comunidade justificou a decisão de admitir a ação rescisória. Essa é a mesma questão que está no mérito do processo”

Próximos passos

Agora, o julgamento da rescisória deve iniciar formalmente, com a citação dos réus e a abertura de prazo para as manifestações das partes. Para o assessor jurídico do Cimi, o julgamento já parte de uma perspectiva positiva para os Guarani Kaiowá. “A falta de citação da comunidade justificou a decisão de admitir a ação rescisória. Essa é a mesma questão que está no mérito do processo”, afirma Modesto.

Outro argumento elencado pela defesa dos Guarani Kaiowá é a aplicação indevida da tese do marco temporal na decisão que anulou a TI Guayraroka – ignorando o laudo antropológico da Fundação Nacional do Índio (Funai), que detalhava a presença dos indígenas no território, inclusive na década de 1980, e o processo de violência e expulsões que atingiu a comunidade. “Imaginamos que esses próximos passos serão rápidos, porque não haverá provas a produzir. Nossas provas já estão preestabelecidas, que são o laudo antropológico e a falta de citação”, analisa o assessor.

Tutela e erro de fato

Em seu voto, o ministro Edson Fachin destaca que a negação do ingresso da comunidade indígena no processo que anulou a demarcação da TI Guayraroka pode ter violado o Código de Processo Civil e afrontado diretamente o artigo 232 da Constituição Federal, “pois representou negativa de acesso à justiça aos índios”.

A Funai, “no ordenamento constitucional vigente, não detém mais nenhuma tutela sobre os índios”, salienta Fachin. Além disso, o ministro destaca que o próprio STF já definiu, no caso Raposa Serra do Sol, que o marco temporal e as demais condicionantes daquele julgamento “não se aplicavam imediatamente, com eficácia vinculante, às demais demarcações de terras indígenas pelo País”.

Em seu novo voto, o relator Luiz Fux também reconhece que a desconsideração de fatos e documentos apresentados na ação inicial pode ter configurado “eventual erro de fato verificável do exame dos autos”.

“O julgamento da TI Guayraroka adquire uma importância grande na atual conjuntura, mas também em relação ao julgamento do recurso extraordinário com repercussão geral que também está no STF”

Caso simbólico

O caso da TI Guayraroka é considerado um caso simbólico devido ao conjunto de violações aos direitos indígenas que reúne – tendo sido, inclusive, levado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que emitiu medidas cautelares em favor da comunidade, após visita de uma comitiva à Terra Indígena, em 2018.

Além da negação de acesso à Justiça e da aplicação da tese do marco temporal, considerada inconstitucional, as famílias do tekoha Guayraroka vivem em apenas 55 dos 11,4 mil hectares identificados como parte de sua terra tradicional e sofrem com ameaças e os agrotóxicos aplicados nas lavouras que cercam a aldeia e já causaram a intoxicação de adultos, crianças e idosos.

Para Luís Eloy Terena, assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e também advogado da comunidade na ação, o caso de Guayraroka reflete uma realidade enfrentada por muitos povos indígenas em todo o país.

“Guayraroka é um caso clássico do que as comunidades indígenas enfrentam por todo o país, qual seja, a dificuldade de ter acesso à Justiça. Vários processos estão tramitando e decisões sendo tomadas sem ouvir os maiores interessados, justamente as pessoas que

vão arcar com o peso de eventual decisão judicial”, destaca Eloy.

O julgamento da ação sobre a TI Guayraroka está diretamente relacionado com o caso de repercussão geral que tramita no Supremo e que deverá discutir, justamente, questões tratadas no processo sobre a terra dos Guarani Kaiowá – entre elas, a tese do marco temporal, considerada inconstitucional e oposta aos direitos originários garantidos aos povos indígenas pela Constituição Federal.

“O julgamento da TI Guayraroka adquire uma importância grande na atual conjuntura, mas também em relação ao julgamento do recurso extraordinário com repercussão geral que também está no STF”, pondera Antônio Eduardo de Oliveira, secretário-executivo do Cimi.

Com a repercussão geral, o julgamento deste recurso extraordinário terá consequências para todos os povos indígenas do país e passará a ser usado como uma referência para os futuros julgamentos.

“Nós nos alegamos com o resultado desse julgamento, porque sinaliza que os ministros podem vir a ter o mesmo entendimento com relação ao caso de repercussão geral, o que seria uma grande vitória para os povos indígenas no Brasil”, avalia.

CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos

“Causos e Casos” é a nova coluna do Porantim da página 16, um especial rumo aos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que trará textos assinados por Egon Heck e Eglydio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

Nada mais justo que comemorar o cinquentenário reconhecendo a contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista por meio de seus missionários e missionárias, aqui representados por Egon Heck e Eglydio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica. São mais de 50 anos “na universidade dos índios”, como diz Egon Heck.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Eglydio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar



Arquivo Cimi



suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e

adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.

Egon Heck é ex-padre, formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política e lutou, e ainda luta, bravamente ao lado de comunidades indígenas em todo o país, contrariando toda carga cultural e ideológica de preconceito contra os povos indígenas a que esteve exposto em sua própria família e diante da política de inúmeros (des)governos.

Eglydio Schwade é indigenista, pesquisador, apicultor, ativista e cidadão do Estado do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa daquele Estado pela dedicação em prol dos povos indígenas da Amazônia. Relação que se iniciou em 1963, num momento em que

os povos daquela região eram dizimados, tendo seus territórios rasgados por estradas, invadidos, saqueados e sendo sistematicamente desqualificados e discriminados nas suas formas de ser e agir.

Egon Heck e Eglydio Schwade partilham o mesmo ideal: que sociedades consigam ultrapassar esse patamar de dominação e destruição em curso. Juntos eles semeiam, há mais de cinco décadas, alternativas que respeitam todas as formas de vida, por meio de iniciativas que reforçam outra perspectiva de futuro para os povos originários, na qual necessariamente os indígenas assumem um papel fundamental de protagonismo. Lutas travadas em duras realidades, sob ameaças de morte e inseridas em inúmeras repressões, inclusive pela Ditadura Militar, mas que não intimidou a atuação dos missionários em favor dos povos indígenas e contra as sistemáticas violações dos direitos destes povos.

Kaingang e Guarani – meus primeiros mestres

Por Egon Heck

De 1975 a 1978, assumi a responsabilidade da pastoral indigenista da diocese de Chapecó, Dom José Gomes, em parceria com o Padre Lotário. Com a condição de não ficar amarrado à paróquia de Chapecó, fui fazendo uns arranjos de morar com famílias próximo à Terra indígena de Xaçupé. Também improvisamos um pequeno espaço, no porão da casa paroquial, para dali articularmos o trabalho de regional do Cimi Sul e, para reforçar esse trabalho, conseguimos a valiosa contribuição do Vilmar e da Juracilda.

Dos porões da liberdade, fomos aprendendo com nossos mestres Kaingang e Guarani. Mateando (tomando chimarrão), fomos aprendendo as estratégias de luta e resistência secular desses povos. Com eles, fomos amadurecendo o compromisso com a vida e também com os direitos desse povo.

Aos poucos, fomos sendo referência para trabalhos bem elementares, como fazer visitas e encontros, rompendo o isolamento e a dominação a que estavam submetidos. Não demorou e eles foram articulando suas lutas, enfrentando a massiva



“quanto mais intimidarem, mais certeza temos de estar no caminho certo”

invasão de seus territórios e o arrendamento dos mesmos pela Funai.

Ou morremos ou expulsamos os invasores de nossas terras. Esse passou a ser o objetivo maior de suas lutas. No início de janeiro

de 1978, começou a revolta dos Guarani e Kaingang, na Terra Indígena Rio das Cobras, em Laranjeira do Sul, no Paraná. Foi o estopim para que começassem a expulsar centenas de famílias das demais terras indígenas no sul do Brasil. Irresponsável política indigenista dos vários governos e estímulo de interesses criminosos e de saque dos recursos naturais, especialmente a madeira-pinheiros.

Foi o início da grande revolta. Em dezembro de 1976, foi uma primeira delegação falar com o

presidente da Funai, em Brasília. Voltaram com a promessa de que o governo se empenharia na retirada dos invasores e exploradores dos recursos naturais, estimulada e feita também pela própria Funai.

Comunistas, recuperação das terras e trabalho comunitário

Não demorou e esse trabalho de apoio aos povos indígenas passou a ser considerado ações de comunistas. Mas isso não intimidou nossa solidariedade e apoio incondicional aos direitos desses povos. Apoiamos o trabalho de roças comunitárias no Pinhalzinho.

Fomos proibidos de entrar na terra indígena. Um dia desses, fomos apoiar o deslocamento de algumas lideranças para uma reunião na Terra Indígena Nonoai. Quando estávamos perto da serraria do Posto indígena, subitamente, em alta velocidade, o chefe do posto, João Mader, passou a nossa velha kombi azul, sustando nossa condução. Saiu de seu Opala branco, com arma em mãos, gritando: “Pra onde estás levando esses índios?”, respondi com tranquilidade, mas

assustado: “eles me solicitaram apoio para fazerem uma reunião”. Gritando ele ordenou: “desçam todos imediatamente” e me encarando gritou: “e você se retire imediatamente daqui e não pise mais aqui dentro”. Os índios desceram da Kombi e eu me mandei para Xanxerê.

Num belo dia de dezembro de 1978, ao abrir a porta do porão, vi um bilhete no chão. Abri, li o seu conteúdo intimidador e pensei comigo: “quanto mais intimidarem, mais certeza temos de estar no caminho certo”. Meus primeiros mestres seguiram seus caminhos de luta por seus direitos. Eu segui o aprendizado, nas universidades dos índios, Brasil e mundo afora.

Não poderia deixar de fazer menção a guerreiros e guerreiras que estiveram mais próximos nesses tempos difíceis, mas extremamente gratificantes: Vicente-Foquei, Dona Diva e Nelson Xangre. Uma gratidão coletiva aos Garanti, que depois aprendi amar de todo coração, pelo povo extraordinário e guerreiro com quem partilhei momentos mais fortes da minha vida, no Mato Grosso do Sul. Da qual partilharam vários companheiros e companheiras, de maneira especial, minha companheira Laila.